



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

AViD: avaliação de necessidades para criação de uma APP para
Prevenção de Violência noDesporto

Inês Brito Nunes

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens
em Risco

Orientador(a): Doutora Joana Celeste Dias Alexandre, Professora
Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

AViD: avaliação de necessidades para criação de uma APP para
Prevenção de Violência no Desporto

Inês Brito Nunes

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens
em Risco

Orientador(a): Doutora Joana Celeste Dias Alexandre, Professora
Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Agradecimentos

Ao meu pai, por ser uma fonte de inspiração e me incentivar a pensar mais à frente. À minha mãe e ao meu padrasto, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim e nos meus objetivos, por mais loucos que sejam. À minha irmã, que de longe ou de perto me faz ambicionar mais e ser melhor. Ao Gabriel, que mesmo durante a etapa mais desafiante sempre me deu força e motivação para alcançar qualquer objetivo a que me proponho, mesmo quando eu duvido.

À professora Joana Alexandre, pela paciência e dedicação, que mesmo com todos os desafios, mudanças e alterações que encontramos no caminho, sempre me desafiou a fazer melhor.

Às minhas amigas e amigos, que não importa a quantas horas de distância nos encontremos, estão mesmo aqui ao meu lado, a apoiar e incentivar todos os meus passos, em qualquer que seja a direção que os dê, dando-me a força necessária para sonhar mais alto.

Resumo

A violência no esporte é uma realidade que tem vindo a ganhar destaque na literatura, sendo uma problemática identificada em diversas modalidades ao longo dos anos. Devido à importância e benefícios que o esporte traz para a população e para as comunidades em todo o mundo, é imperativo que seja um contexto positivo promotor de bem-estar. As intervenções preventivas, procuram diminuir os fatores de risco e promover fatores de proteção. Apesar de já existirem materiais e campanhas de prevenção primária contra a violência no esporte, a nível nacional, considerou-se importante explorar em que medida o desenvolvimento de uma App pode constituir-se como um recurso complementar. Usando uma metodologia qualitativa, foi conduzida uma avaliação de necessidades na qual participaram três atletas, cinco treinadores e quatro especialistas. Da análise temática efetuada, apurou-se que uma APP pode ser uma boa ferramenta de prevenção quando munida de textos informativos curtos e simples, com uma estrutura dinâmica, que inclua imagens, vídeos e animações, bem como testemunhos de atletas que já tenham experienciado situações de violência, nunca descuidando da importância da sua disseminação para o impacto real que poderá ter na população. Considerando estes resultados, apresenta-se uma proposta de estrutura da AViD (App para a Violência no Desporto).

Palavras-chave: Prevenção primária; Violência no esporte; Crianças; Jovens; Apps.

Códigos PsycInfo:

3720 Desportos

2956 Criação & Cuidados Infantis

Abstract

Violence in sport is a reality that has been gaining distinction in the literature, being a problematic identified in several modalities for many years. Duo to the importance and benefits that sport brings to the population and communities around the world, it is imperative that it be a positive welfare-promoting context. Preventive interventions, seek to minimize risk factors and promote protective factors. Although there are already materials and campaigns for primary prevention against violence in sport at national level, it is considered important to explore the extent to which the development of an App can be a complementary resource. Using a qualitative methodology, a needs assessment was conducted in which three athletes, five coaches and four specialists participate. From the thematic analysis carried out, it was found that an APP can be a good prevention tool when equipped with short and simple informative texts, with a dynamic structure, which include images, videos, and animations, as well as testimonies of athletes who have already experienced situations of violence, never neglecting the importance of dissemination to achieve the real impact that it can have on the population. Considering these results, a proposal for the structure of AViD (App for Violence in Sport) is presented.

Keywords: Primary prevention; Violence in sport; Children; Young; Apps.

PsycInfo Codes:

3720 Sports

2956 Childrearing & Child Care

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Glossário de siglas.....	xi
Introdução.....	1
Capítulo I – A violência e outros conceitos associados	3
1.1- Maus-tratos, agressão e violência	3
1.1.1-Violência Física	4
1.1.2-Violência psicológica e emocional.....	4
1.1.3-Violência e Assédio sexuais	5
1.1.3.1-Grooming.....	6
1.1.4-Violência por negligência.....	7
1.1.5-Bullying	7
1.2-Violência no Desporto.....	8
1.2.1-Violência física no desporto	9
1.2.2-Violência psicológica e emocional no desporto	9
1.2.3-Violência e Assédio sexuais no desporto	10
1.2.3.1-Grooming no desporto.....	11
1.2.4-Violência por negligência no desporto	11
1.2.5-Bullying no desporto	12
1.3-Fatores de Risco e Proteção	12
1.3.1-Fatores de Risco para a Vítima.....	13
1.3.2-Fatores de Proteção para a Vítima.....	16
Capítulo II – Prevenção Primária da Violência no Contexto Desportivo.....	19
2.1- Estratégias de prevenção focadas nos cuidadores	22
2.2- Estratégias de prevenção focadas nos treinadores.....	22
2.3- Estratégias de prevenção focadas nas crianças/jovens.....	23
3.1- Benefícios.....	26
3.2- Objetivos	27
Capítulo IV – Método	29
4.1- Participantes	29
4.2- Instrumento.....	30
4.3- Procedimento de Recolha.....	30
4.4- Procedimento de Análise.....	31
Capítulo V – Resultados.....	33

5.1- Conteúdos.....	33
5.2- Estrutura	34
5.3- Procedimentos de atuação	35
5.4- População-alvo	35
5.5- Estratégias de divulgação e disseminação.....	36
Capítulo VI – Discussão.....	39
Fontes	43
Referências	43
Anexos.....	51
Anexo A – Pedido de Colaboração	51
Anexo B – Consentimento Informado.....	52
Anexo C – Guião para as Entrevistas	54
Anexo D – Dicionário de Temas	56
Anexo E – Resultados em Tabela.....	57

Glossário de siglas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CDC – Centro de Controlo e Prevenção para Doenças

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

COI – Comité Olímpico Internacional

CP – Código Penal

DSG – Development Services Group

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

ITU – União de Telecomunicações Internacional

ObNVA – Observatório Nacional da Violência contra Atletas

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

QI – Quociente de Inteligência

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

Existem inúmeros benefícios comprovados da prática regular de desporto, nomeadamente ao nível do bem-estar físico e mental, em termos do desenvolvimento pessoal e educacional e enquanto mecanismo de inclusão social (Ecorys & Vertommen, 2019).

Atualmente, os governos reconhecem o desporto e a atividade física como uma prioridade, sendo reforçado o impacto do desporto a nível social, cultural e político, bem como no bem-estar e saúde da população, reduzindo a obesidade infantil, doenças cardiológicas e diabetes tipo 2 (Brackenridge et al., 2010).

Apesar dos seus benefícios, têm sido também identificadas um conjunto de problemáticas distintas, nomeadamente fenómenos de violência (Fonseca, 2021).

De acordo com os dados recolhidos pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (2021), dos 624 mil atletas federados no país em 2021, mais de 412 mil são crianças e jovens, tendo o crescimento de atletas federados na última década sido, principalmente, feminino. Em estudos conduzidos por Hartill e Rulofs (2021), 65% da sua amostra referiu ter experienciado violência psicológica no desporto quando eram crianças ou jovens, tendo 68% dos homens e 61% das mulheres reportado que experienciaram este tipo de violência antes dos 18 anos. Ainda, de acordo com os mesmos autores, 44% dos participantes reportaram ter experienciado violência física, 37% reportaram ter sofrido por negligência e 20% reportaram ter experienciado violência sexual. Segundo estes autores, a prevalência de violência no desporto é menor quando este é recreacional (68%) e maior ao nível do desporto competitivo internacional (84%). Crianças pertencentes a grupos étnicos minoritários tendem a sofrer mais com esta problemática, com 76,9% dos participantes a relatar ter sofrido diversos abusos, e esta realidade é semelhante nos diversos países e contextos onde foram conduzidos os estudos, sugerindo que este é um problema universal.

A promoção dos direitos da criança, decorrente da ratificação da Convenção dos Direitos da Criança, e as políticas de proteção de crianças e jovens têm ganho destaque um pouco por todo o mundo e também em Portugal. Recentemente, os casos de violência infantil têm vindo a ganhar atenção nos media, alertando para a seriedade e urgência em prevenir os fatores de risco na prática desportiva e promover fatores de proteção de uma forma sistémica. Um desafio a esta prevenção é a dificuldade em saber o que define “um desporto livre de assédio, violência e abuso” (Ecorys & Vertommen, 2019, pág. 5). Não obstante, as estratégias

de intervenção preventiva, que visem a promoção de uma maior literacia sobre esta temática e a aquisição de competências que permitam saber lidar com potenciais situações desta natureza, têm-se mostrado fundamentais. O termo “desporto seguro” tem sido entendido como um ambiente desportivo que seja respeitoso, equitativo e livre de qualquer forma de violência, accidental ou não-accidental, para os atletas (Ecorys & Vertommen, 2019).

Nos últimos anos tem havido uma maior aposta no desenvolvimento de materiais e recursos de prevenção primária da violência no desporto (Biedma & Goicoechea, 2018).

Assim, a presente dissertação tem como objetivo fazer uma avaliação de necessidades, que permita saber, numa lógica bottom-up, o que é percecionado como importante conter na criação de uma aplicação móvel que possa potenciar uma melhor literacia sobre a violência no desporto, bem como capacitar os seus utilizadores a desenvolver estratégias preventivas nos contextos onde se inserem.

A dissertação apresenta a seguinte estrutura: o primeiro capítulo faz um enquadramento teórico sobre os conceitos de violência, abordando as suas definições e fatores de risco e proteção, tanto ao nível mais geral como direcionado especificamente para o contexto desportivo; o segundo capítulo aborda a prevenção, definindo-a e apresentando os modelos em que se insere, bem como estratégias a ser aplicadas nos diferentes níveis de atuação propostos; o terceiro capítulo aborda o que se conhece na literatura de materiais digitais de prevenção da violência no desporto, bem como os seus benefícios, abordando a aplicação móvel que este estudo pretende auxiliar e explicando como foi feita a avaliação de necessidades; o quarto capítulo consiste no método, o quinto nos resultados e, finalmente, é feita a discussão no sexto capítulo, apresentando limitações e propostas para estudos futuros.

Capítulo I – A violência e outros conceitos associados

1.1- Maus-tratos, agressão e violência

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022), o conceito de maus-tratos remete para qualquer forma de abuso físico ou emocional, negligência ou cuidado negligente, ou de exploração, resultando em dano real ou potencial para a criança ou o jovem, no contexto da sua saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade, estando a pessoa agressora numa posição de responsabilidade, confiança ou poder.

Esta problemática tem sido muito estudada na infância e, por isso, é comum a literatura designar como maus-tratos infantis (Magalhães, 2002).

No que diz respeito à violência, segundo a OMS (2014), a mesma pode ser definida como o uso de força física ou de poder, através da ameaça ou da prática de algum comportamento contra o próprio ou terceiros, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, privação ou problemas de desenvolvimento. Fenómenos de violência que ocorram entre indivíduos com idades compreendidas entre os 10 e os 29 anos, quer se conheçam ou não, são considerados violência juvenil, e incluem bullying (online e offline), lutas, violência física e sexual ou homicídio (OMS, 2022).

Segundo Nery (2015), a violência é um construto universal e inato, podendo ser confundida com ódio ou agressividade, no entanto, a violência é uma reação básica a um sentimento de ameaça por um objeto externo, isto é, uma reação primitiva e automática com o objetivo de diminuir a angústia de destruição que o indivíduo sente pelo outro (Bergeret, 2004).

Assim, é necessário que se distinga entre violência e agressão, uma vez que quando referimos a intencionalidade nos comportamentos e a componente da assimetria de poder (Dahlberg & Krug, 2007), passamos a falar de agressão. Tal como refere Carvalhosa et al. (2009), a agressão consiste em qualquer tipo de comportamento físico, verbal ou psicológico com intenção de causar dano, infligir dor ou magoar-se ao próprio e a terceiros.

Considerando o conceito de violência, a literatura tem procurado distinguir as suas diferentes formas, sobretudo a violência física, a violência psicológica e emocional, a violência por negligência e a violência sexual (Bullying Statistics, 2019). A literatura distingue também entre violência e bullying. Comparativamente, o bullying é diferente de outros tipos de

violência, uma vez que ocorre quando uma pessoa, ou um grupo, se direcionam para um único indivíduo com a intenção de o maltratar de forma repetida e prolongada no tempo (Olweus, 2010; Bullying Statistics, 2019).

1.1.1-Violência Física

A violência física consiste num trauma não acidental, isolado ou repetido, que provoque ou possa provocar dano físico, provocado por palmadas, murros ou pontapés, com o próprio corpo ou outros objetos, bem como abanar, apertar, prender, morder ou queimar (Jesuítas, 2018).

A prevalência da violência física em Portugal, de acordo com a coletânea de estudos organizada pela OMS (2022), é, em média, de 25%. Em termos de impactos, a literatura, tem apontado o empobrecimento da função geral diária, o desenvolvimento de psicopatologia, eventuais danos neurológicos, problemas na comunicação, o que arrasta consigo um uso excessivo do sistema de saúde.

1.1.2-Violência psicológica e emocional

A violência psicológica consiste num padrão de comportamentos intencionais, prolongados e repetidos no tempo, que não envolvem contacto físico, dentro de uma relação onde existe uma diferença de poder (UNICEF, 2010).

Segundo a OMS (2022), a prevalência de violência psicológica em Portugal é de 61%, e ao nível dos impactos, a literatura destaca impactos muitos semelhantes aos da violência física.

Quando falamos de violência psicológica e emocional é importante referir que pode ocorrer também de forma online, notando que este é um problema emergente no âmbito da saúde pública, que cada vez mais precisa de ser investigado e desenvolvidas estratégias de prevenção eficazes (David-Ferdon & Hertz, 2007). Se por um lado, os espaços de convívio e socialização online possibilitam formas únicas de conseguir participar em conversas e eventos, estes podem muitas vezes estar associados a formas de violência, onde o agressor consegue ter

um comportamento antissocial de forma flamejante e anónima, tornando mais difícil conseguir proteger a vítima (Sambaraju & McVittie, 2020).

1.1.3-Violência e Assédio sexuais

Segundo a APAV (2011) e a OMS (2022), a violência sexual consiste em qualquer tipo de ato sexual não desejado, ou sua tentativa, avanço ou comentário, bem como quaisquer outros contactos e interações de natureza sexual efetuados por uma pessoa sobre a outra, contra a sua vontade. Os abusos podem ser violentos ou íntimos, forçados ou coagidos, e podem envolver ou não penetração.

De acordo com a OMS (2006), considera-se abuso sexual infantil qualquer envolvimento de uma criança menor de idade, numa atividade sexual em que esta seja incapaz de compreender plenamente, esteja inapto a dar o seu consentimento informado ou para a qual esta se manifeste prematura no desenvolvimento e, por isso, não possa consentir, ou qualquer atividade sexual que viole a legislação em vigor ou se mostre inadequada às regras da sociedade. Dentro do abuso sexual podem ainda distinguir-se comportamentos de toque, como carícias sob ou sobre a roupa, masturbação e introdução de partes do corpo ou objetos de forma anal, vaginal ou oral, e comportamentos de não toque, como a utilização de vítimas para prostituição (Hornor, 2010), a exposição a atividade sexual de adultos (pornografia), a utilização da criança para produção de materiais pornográficos, exibicionismo (Goldman et al., 2003) e conversas e/ou textos obscenos (Código Penal, 2007). Tanto os comportamentos de toque como de não toque são atos considerados como abuso sexual, de acordo com a legislação portuguesa em vigor (Código Penal, 2007).

O Abuso Sexual é penalizado em Portugal, através do Código Penal Português (CP) nos crimes contra a Autodeterminação Sexual (artigos 171.º a 178.º do CP), caso a vítima tenha menos de 14 anos, e nos Crimes contra a Liberdade Sexual (artigos 163.º a 170.º do CP) quando a vítima tem mais de 14 anos. No entanto, as crianças com idades inferiores a 14 anos podem ser vítimas de crimes contra a liberdade sexual aquando do crime de coação sexual (art.º 163.º) e violação (art.º 164.º) (Código Penal, 2007).

Os impactos negativos da violência e do abuso sexuais dependem de alguns fatores. Para o abuso sexual, o tipo de atividade sexual perpetrada, a duração do abuso, a frequência e

grau de violência associada ao mesmo, a idade de início do abuso da vítima, a relação que a vítima mantém ou manteve com o agressor, são algumas das variáveis mais estudadas. A literatura refere que grande parte dos agressores tendem a conhecer a vítima, pelo que o abuso intrafamiliar é o mais prevalente (Canadian Centre for Child Protection, 2014).

Um outro conceito relativamente à violência sexual, é o conceito de assédio. Este, de uma forma geral, diz respeito à atenção ou condutas indesejadas pela vítima, à violação da sua dignidade ou à criação, por parte do agressor, de um ambiente ameaçador, hostil, intimidatório, ofensivo e/ou humilhante. Não entra em consideração a intencionalidade de quem comete o assédio, e deve dar-se especial importância ao que a vítima sente, pelo que a percepção de cada indivíduo do que é indesejável e invasivo pode variar (Nery & Neto, 2018). O assédio sexual, em específico, consiste em comportamentos coercivos, forçados e/ou violentos, de cariz sexual, que tem por base o abuso de poder e de confiança (Nery & Neto, 2018). Este é penalizado em Portugal, através do Código Penal Português (CP) nos crimes contra a Autodeterminação Sexual (Código Penal, 2007).

Ainda, de acordo com Whittle et al. (2014), o abuso sexual online é um fenómeno desconhecido ou não falado entre os jovens, no entanto, a prevalência deste crime tem vindo a aumentar bastante, pelo que se torna necessário conseguir compreender e responder de forma correta e munida de conhecimento científico, de forma a prevenir o aliciamento online e consequentes abusos sexuais e mitigar os efeitos para a vítima após o abuso.

1.1.3.1-Grooming

Quando se aborda o conceito de abuso sexual infantil, importa explicitar o conceito de grooming, ou seja, o processo no qual o agressor ganha a confiança da vítima de forma lenta e gradual, sistematicamente ultrapassando as suas barreiras interpessoais (Brackenridge & Fasting, 2005), tanto mental/emocionalmente como fisicamente para conseguir chegar à vítima.

Segundo Brackenridge e Fasting (2005) o grooming é uma parte importante do abuso, onde a pessoa agressora consegue criar a ilusão de uma cooperação/relação pessoal por parte da vítima, fazendo com que o abuso pareça consensual. Este processo pode demorar semanas, meses ou anos, pelo que o agressor consegue manter o segredo da relação abusiva e evitar ser exposto (Brackenridge & Fasting, 2005). O grooming divide-se, segundo Bjorseth e Szabo (2018), em quatro fases: escolha da vítima, ganhar a sua confiança, iniciar o isolamento da

vítima do seu meio envolvente e iniciar o abuso sexual assegurando sempre estratégias para manter o segredo.

1.1.4-Violência por negligência

É considerado abuso por negligência, a incapacidade dos pais ou cuidadores de satisfazer as necessidades físicas e emocionais da criança ou jovem, bem como a incapacidade de a proteger contra a exposição ao perigo (UNICEF, 2010).

A prevalência do abuso por negligência é de 73% em Portugal, sendo as suas consequências semelhantes a outros tipos de maus-tratos na infância, tanto nos problemas de saúde estudados, como nas dificuldades sociais e de comportamento, bem como na capacidade cognitiva e desempenho escolar ou académico (OMS, 2022).

1.1.5-Bullying

Podemos classificar o bullying como uma forma de comportamento agressivo, negativo e antissocial entre pares, que seja intencional e se reflita num abuso sistemático da assimetria de poder (Smith & Sharp, 1994) entre o bully ou bullies e a vítima, onde esta não se consiga defender. É uma ação prolongada no tempo e repetitiva, podendo dividir-se em bullying emocional/psicológico, verbal, físico, racista, sexual, cyberbullying ou relacional/social (Nery, 2015). Outros critérios de classificação encontrados na literatura são ainda o bullying hostil e instrumental, proativo ou reativo (Huseby, 2006), direto (Carvalhosa, 2007) e indireto (Matos, Simões & Gaspar, 2009), e individual ou de grupo (Pereira & Melo, 2006). Estes comportamentos podem ocorrer em qualquer espaço físico ou digital frequentado por crianças ou jovens, onde são utilizadas várias formas de agressão por parte do agressor ou agressora para com a vítima (Simões et al., 2021).

Diferentes estudos indicam que os bullies tendem a apresentar futuramente perturbações mentais como défice de atenção, depressão (Kokkinos & Panayiotou, 2004), ou problemas como o consumo de substâncias e comportamentos violentos (Bender & Lösel, 2011). Já as vítimas tendem a apresentar problemas como depressão, ideação suicida, timidez, introversão e isolamento social (Moura, 2011).

Focando no cyberbullying, Hinduja e Patchin (2013) definem este conceito como a provocação de danos intencionais e repetidos, infligidos através de computadores, telemóveis ou outro tipo de dispositivos eletrónicos. Consiste numa agressão social online, que envolve discursos fora do contexto social dos indivíduos, que criam ou têm o potencial de criar perturbações nos ambientes físicos offline dos envolventes, como a escola ou no contexto desportivo, que pode interferir com a capacidade da vítima de participar em atividades e programas educativos ou sociais (Willard, 2007). Comparados com os bullies “tradicionais”, os cyberbullies não têm qualquer restrição de tempo ou espaço (Kowalski et al., 2012).

Este tipo de bullying pode ser mais perigoso, com impactos mais negativos que o bullying offline, uma vez que se caracteriza pela maior intensidade, frequência, anonimato do agressor e pela incapacidade de o parar (Hinduja & Patchin, 2009). Segundo Hinduja e Patchin (2013), tal ocorre pela utilização descuidada e inapropriada das ferramentas digitais a que estão expostos, usando o poder que estas lhes dão para humilhar, ferir, embaraçar e atacar pessoalmente o outro.

1.2-Violência no Desporto

Tal como referido anteriormente, a violência tem sido estudada em diferentes contextos, nomeadamente nos contextos familiar como a violência doméstica, o escolar, com grande destaque no bullying, e mais recentemente no contexto desportivo.

A violência no desporto está presente em todas as modalidades, coletivas, individuais e de combate, sendo um fenómeno generalizado (Guilbert, 2009) e muitas vezes guiado pelo machismo, sendo o desporto considerado por muitos como a última forma de representação do poder masculino, onde atletas mais novos procuram ganhar prestígio entre os pares, o que tende a diminuir com a idade (Hemphill, & Symons, 2009).

Nos escalões mais baixos de competição, Alexander et al. (2011) verificaram que os colegas e outros atletas são frequentemente os agressores, enquanto nos escalões mais elevados de competição, os agressores tendem a ser os treinadores.

Quando se estuda a violência infantil no desporto, é importante referir que apesar de atleta, a criança continua a ser criança, não tendo, por vezes, noção ou conhecimento de que o que está a acontecer é errado, especialmente se o comportamento estiver normalizado no contexto desportivo em que está inserida (Brackenridge, 2001). Esta dificuldade torna mais

complexo um possível diagnóstico de trauma associado à violência a que o atleta foi exposto (Abrams & Bartlett, 2019).

Assim, da mesma forma que encontramos na literatura diferentes formas de violência, nomeadamente a física, psicológica e emocional, por negligência, sexual e bullying, também no desporto se podem identificar estas diferentes formas de violência.

1.2.1-Violência física no desporto

Neste tipo de violência estão incluídas atividades físicas não adequadas, ou forçadas, como por exemplo a carga de pesos inadequados à idade ou capacidade física do indivíduo, bem com qualquer esforço mantido quando o atleta tem feridas ou dores. O consumo de álcool sem a vontade própria do atleta, ou o uso de doping, sistematicamente, são também consideradas formas de violência física (Brackenridge et al., 2010).

O comportamento do treinador em relação aos treinos que possa provocar danos físicos ao atleta menor é também considerado maus-tratos. Estes comportamentos podem refletir-se em práticas como a obrigatoriedade de atingir determinado peso sem atenção aos cuidados a ter para prevenir consequências negativas, como a privação de alimentos e bebidas, exposição a saunas ou outras práticas que possibilitem o suor e a perda de peso ou a exposição a esforço físico prolongado. Especificamente nos comportamentos de restrições ao nível nutritivo, esta forma de abuso físico pode levar a distúrbios alimentares no atleta, e problemas de saúde graves, que podem levar, em última instância, à morte (Brackenridge et al., 2010).

1.2.2-Violência psicológica e emocional no desporto

No contexto desportivo este tipo de violência pode assumir a forma de insultos e provocações, como chamar nomes, ignorar, isolar a vítima, rejeitá-la e às suas considerações, ameaçar ou demonstrar indiferença emocional ou desprezo (Brackenridge et al., 2010). Neste contexto, de acordo com os estudos conduzidos por Berkeley (2021), quase três quartos da violência contra crianças atletas é violência psicológica, reportada principalmente por homens, remetendo às suas experiências passadas. São também encontradas na literatura associações positivas entre a aceitação de normas de autossacrifício e a violência psicológica exercida pelos treinadores,

enquanto a recusa em aceitar limites está associada a menos experiências de violência psicológica exercida pelos mesmos (Fournier et al., 2022).

1.2.3-Violência e Assédio sexuais no desporto

De acordo com Hartill (2009), é importante considerar que o contexto desportivo não é necessariamente sinónimo de bem-estar. Para Leahy (2011), o abuso sexual no contexto desportivo vem desafiar o senso comum de que o desporto é um espaço não-problemático e de empoderamento e desenvolvimento positivo para os jovens. Quando se estuda este lado negro do desporto, é importante realçar a cultura desportiva e as relações de poder que sustentam as práticas abusivas por parte dos treinadores, pais/cuidadores ou outros atletas (Nery & Neto, 2018).

Stirling et al. (2011) referem que o abuso sexual no desporto inclui relações sexuais com um atleta, qualquer contacto sexual inapropriado, a troca de prémios por favores sexuais, comentários, piadas ou gestos de caráter sexualizado, propostas sexuais ou a exposição do atleta a material pornográfico.

Segundo Brackenridge e Fasting (2005), atletas de elite podem ver-se encurralados ou obrigados a aceitar o abuso, pela confiança, gosto, ou por vezes amor que têm nos abusadores. Ainda, o desenvolvimento de confiança que existe entre o atleta e o treinador, pode originar sentimentos de afetividade ou aparente paixão da vítima pelo agressor, o que dificulta a negação de consentimento ou atribuição de responsabilidade (Brackenridge, 2001).

A revelação da situação de abuso por parte da vítima no contexto desportivo não só fica dificultada pelos entraves de qualquer revelação, mas também pelas representações sociais e estereotipadas de que um atleta deve ser forte, não tendo nenhuma vulnerabilidade ou fraqueza (Alexandre & Agulhas, 2018). As representações sociais sobre a masculinidade apresentam-se como motivo para a não revelação da situação de abuso pelas vítimas do sexo masculino, pela sua manutenção e enraizamento na nossa cultura, onde ser homem implica ser forte (Gagnier & Collin-Vézina, 2016). Já relativamente às vítimas do sexo feminino, a revelação torna-se difícil pela culpabilização e desacreditação do seu testemunho (Allagia, 2010), e pelo ceticismo por parte dos profissionais, ao acreditarem numa maior probabilidade de que o testemunho seja mentira, ou uma forma de obtenção de ganhos secundários (Everson & Sandoval, 2011).

Por seu lado, segundo o Comité Olímpico Internacional, o assédio sexual define-se como “qualquer conduta de natureza sexual indesejada, que seja verbal, não verbal ou física” (Mountjoy et al., 2016, p.3).

Em todas as modalidades desportivas e em todos os estágios de competição pode estar presente o assédio sexual (Nery & Neto, 2018). Os atletas estão expostos a este tipo de assédio por parte de outros atletas e de elementos da equipa técnica, nomeadamente treinadores, responsáveis, massagistas, entre outros (Fasting, Brackenridge, Sundgot-Borgen, 2003).

1.2.3.1-Grooming no desporto

Leberg (1997) sugere três tipos de grooming: físico, onde o toque inapropriado parece ser justificado pela necessidade de suporte no contexto, nomeadamente, da ginástica; psicológico, tanto com a vítima como com a sua família, onde o treinador solicita constantemente mais tempo com a vítima para treinos; e grooming do contexto social ou comunitário, onde a reputação do treinador age como fator protetor para si, aquando de possíveis acusações.

A experiência de grooming no contexto desportivo faz com que o atleta que é vítima passe a ver-se como um objeto sexual ao invés de desportista (Brackenridge & Fasting, 2005).

1.2.4-Violência por negligência no desporto

Partindo da definição anteriormente descrita, os treinadores e comitivas de atletas devem ter a capacidade de proteger os seus atletas de quaisquer perigos relacionados com a prática ou contexto desportivo, e conseguir satisfazer as suas necessidades físicas e emocionais, de acordo com o seu papel na vida da criança. É considerado um comportamento negligente qualquer ato de omissão na manutenção da segurança do atleta, como privá-lo de comida ou bebida, descanso e recuperação suficiente, não conseguir garantir a existência de um ambiente de treino físico seguro, ou utilizar métodos de treino inadequados (Brackenridge et al., 2010).

Cuidados negligentes por parte dos pais ou treinadores podem prender-se também por não conseguir fornecer meios e apoios para a deslocação da criança até ao treino, ou a pressão para a criança treinar quando se encontra ferida (Brackenridge et al., 2010).

1.2.5-Bullying no desporto

O bullying é considerado um tema tabu, que ocorre em grande parte dentro dos balneários, entre atletas, onde a falta de conhecimento do treinador e conseqüente falta de ação preventiva, leva ao abandono precoce da prática desportiva (Evans, Adler, MacDonald & Côté, 2015).

Segundo Rigby (2003), existem quatro conseqüências negativas para a saúde mental e física dos atletas que sofrem de bullying: um baixo bem-estar psicológico, fraco ajustamento social, stress psicológico e mal-estar físico. O bullying no desporto consiste frequentemente na ridicularização da performance desportiva ou das características físicas da vítima, pelo que é maioritariamente verbal (Nery & Neto, 2018).

1.3-Fatores de Risco e Proteção

De acordo com diversos autores, a violência faz parte do desporto, tanto dentro do campo de jogo como fora dele, no entanto, cabe aos intervenientes do contexto desportivo, isto é, os atletas, treinadores e adeptos, conseguir fazer parte da solução para este problema, desempenhando um papel importante, ao tornarem-se o exemplo da resposta que deve ser esperada da sociedade relativamente à existência de violência (Abrams, Bartlett, e Prewitt-White, 2015).

Assim, para conseguir prevenir a violência, é necessário considerar quais os fatores de risco e de proteção que existem tanto para as vítimas como para os agressores, no seu contexto ecológico, uma vez que, de acordo com o modelo do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner e Morris (2006), o desenvolvimento dos seres humanos é um fenómeno de continuidade e mudança das suas características biopsicológicas, que reflete o processo de interação entre a pessoa e o ambiente em que se insere. Assim, da mesma forma que o desenvolvimento se organiza por estes processos, que variam em função das características da pessoa, do meio em que se insere e do tempo que decorre, também no contexto desportivo devemos considerar a importância dos diferentes níveis do modelo ecológico, nomeadamente ao nível do indivíduo (atleta), que procura identificar os seus fatores biológicos e de história pessoal, focando-se nas suas características individuais; ao nível das relações sociais próximas, como a família ou outros adultos de referência para a criança, onde pelo contacto próximo e

constante, a vítima é exposta recorrentemente à violência perpetrada pelo agressor; ao nível dos contextos comunitários, onde se enquadram as relações sociais distais; e ao nível da sociedade, que de forma mais geral examina as normas culturais, crenças e normas sociais (Dahlberg & Krug, 2006).

Também, importa compreender em que consistem os fatores de proteção, ou seja, as características da criança ou jovem e seus familiares, bem como pessoas do seu círculo social mais amplo, que possam reduzir a probabilidade de que estas encontrem adversidades que conduzam a comportamentos negativos da parte da criança ou jovem (Vanderbilt-Adriance e Shaw, 2008; DSG, 2013).

Podemos organizar os fatores de risco e proteção entre a vítima e o agressor, isto é, o que pode levar a que a vítima se torne mais frágil ou resiliente, ou o que pode levar uma pessoa a tornar-se ou não agressora.

1.3.1-Fatores de Risco para a Vítima

De acordo com diferentes estudos, crianças com menos de quatro anos ou que apresentem necessidades especiais, aumentando por isso a responsabilidade do cuidador e obrigando a uma maior atenção e cuidado por parte deste, como sejam, deficiências quer do foro psicológico e neurológico, como físico; problemas de saúde mental, doenças físicas e/ou crónicas, elevada irritabilidade, hiperatividade aos diversos estímulos que a criança possa encontrar no ambiente e/ou alterações do sono, tendem a aumentar o risco de que estas crianças venham a sofrer algum tipo de violência ou maus-tratos (Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo; CDC, 2022). Outros fatores de risco que impedem que os cuidadores se apercebam dos sinais de alerta ou pedidos de ajuda que as crianças venham a emitir (Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo), sendo simultaneamente causadores de stress, são o comportamento antissocial precoce, baixas inibições comportamentais, um desenvolvimento cognitivo empobrecido, o nascimento prematuro e com baixo peso, menor responsividade a estímulos, maior dificuldade em acalmar, ter um temperamento difícil, problemas de saúde crónicos ou atrasos no desenvolvimento e problemas de comportamento, como agressividade, comportamento por oposição, mentir e absentismo escolar, ainda, algumas características físicas, nomeadamente o sexo da criança, ou os seus traços fisionómicos (Youth.gov, 2019; Guia de orientações para os profissionais da ação

social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo; XXII Governo Constitucional, 2020).

No contexto desportivo, estas características podem representar uma dificuldade na integração com os pares, tornando estas crianças mais vulneráveis a nível emocional e psicológico.

Ainda, relativamente aos fatores de risco individuais no treino, para os atletas, é importante estabelecer uma quantidade de exercício e competição que possa adequar-se às diferentes idades e fases de crescimento de cada criança, sendo que, apesar de existirem atualmente orientações estabelecidas relativamente à quantidade e tipo de formação para atletas de elite infantil, com base na literatura e evidência científica, os programas de treino nem sempre as consideram, podendo causar dor excessiva aos atletas, mesmo tendo sido verificado que, quando excedidas as orientações, o risco de lesões pode aumentar (Brackenridge et al., 2010).

Relativamente ao funcionamento familiar, diversos autores (Guia de orientações para os profissionais da educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo) detetaram alguns fatores de risco, nomeadamente a desestruturação e falta de coesão na composição familiar, quando não existem papéis definidos ou delimitados a cada elemento da família, ser uma família monoparental ou com um elevado número de filhos, parentalidade na adolescência ou famílias reconstituídas e conflitos entre o casal, que podem originar episódios de violência contra as crianças e jovens. Também, práticas de ensino inadequadas ou desajustadas, história antissocial ou de maus-tratos e abuso na família, psicopatologia parental e um baixo nível de envolvimento parental positivo, alta reatividade ao stress ou baixa tolerância à frustração, baixa autoestima e fraca empatia dos cuidadores. (Youth.gov, 2019; XXII Governo Constitucional, 2020).

Segundo os mesmos autores, os pais cujas relações intraconjugais estão desestruturadas ou conflituosas tendem a interpretar o comportamento dos filhos como intencionalmente provocador, e tendem a apresentar expectativas irrealistas do que as crianças e jovens conseguem fazer, atribuindo-lhes responsabilidades exageradas ou, por oposição, subestimando as suas capacidades.

Alguns fatores de risco que Gracia e Musitu (1993) e Gabarino et al. (1986) apresentam como causadores de stress para os pais/cuidadores são o desemprego e a pobreza, os problemas no contexto de trabalho que causem insegurança e irritabilidade nos cuidadores, bem como os

sentimentos de impotência e tristeza pela situação social em que se encontrem. Ainda, o isolamento social, que leva a família a não conseguir pedir ajuda e suporte, em qualquer área da sua vida, e do desenvolvimento da criança, e a permanência num local habitacional onde predomine a marginalidade e a violência. Também, a validação da violência no contexto onde a criança se desenvolve permite aos cuidadores terem práticas educativas que possam levar a que se tornem maltratantes, não havendo estratégias que previnam esta situação, ou informação que ensine como fazer melhor, o contexto comunitário em que a criança se encontra tem então um papel fundamental na forma como os cuidadores percebem a sua importância e responsabilidade para com a criança, podendo alguns indicadores converter-se numa fonte de stress (Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo).

Especialistas na matéria de violência no desporto têm manifestado a sua preocupação com as recompensas comerciais e financeiras a que as crianças estão expostas ao competir a nível de elite, pela pressão crescente que sentem a obter resultados e treinar mais. Os cuidadores, independentemente do seu estatuto socioeconómico, projetam as suas aspirações e expectativas nas crianças, tornando o envolvimento parental num fator de risco para a criança, que experiencia maiores níveis de ansiedade infantil (Brackenridge et al., 2010).

Para além da importância que os cuidadores têm na vida de um atleta, Ramis et al. (2017) destacam ainda a importância de existir uma relação entre o treinador, e o seu estilo interpessoal, e o atleta, que caso seja negativa, poderá vir a manifestar sintomas de ansiedade, associada à competição.

Relativamente à perpetuação do abuso sexual no desporto, onde existe mais literatura publicada, apresenta-se como fator de risco a relação de grande proximidade e confiança entre atletas e entre estes e a equipa técnica, sendo que os treinadores têm grande controlo sobre a vida do atleta (Burke, 2001). Ainda, o toque e contacto físico frequente, por vezes pela demonstração de determinadas técnicas, e a exposição nos balneários ou pernoitas fora de casa, em caso de competições ou estágios (Council of Europe, 2018; European Commission, 2016), podem ser fatores de risco, aliados ao sistema de recompensas que pode ser usado como estratégia por parte do agressor, com a promessa de medalhas e lugares no pódio (European Commission, 2016).

1.3.2-Fatores de Proteção para a Vítima

Como fatores de proteção individuais para as vítimas, a literatura aponta para características nas crianças e jovens como um elevado QI, habilidades sociais positivas, vontade de agradar aos adultos, crenças e práticas religiosas ou clubísticas, participação em atividades familiares ou entre pares, onde possam discutir problemas e ideias, disponibilidade de recursos económicos (Youth.gov, 2019), bom desenvolvimento global, temperamento adequado à faixa etária, vinculação segura, capacidade de resolução de problemas e de pedir ajuda, sucesso escolar e boas competências socio emocionais (XXII Governo Constitucional, 2020).

De acordo com o Centro de Controlo e Prevenção para Doenças (CDC), são fatores de proteção do contexto familiar a existência de cuidadores que podem satisfazer necessidades básicas de alimentação, abrigo, educação e serviços de saúde para os seus filhos, cuidadores que criam relações seguras e positivas com as crianças, que procuram aprender competências parentais e que prestam apoio emocional aos seus filhos, bem como cuidadores que têm uma licenciatura ou curso superior e têm emprego estável (CDC, 2022). Também, famílias que apresentem redes de apoio social fortes, relações estáveis e positivas com as pessoas à sua volta, e cujos cuidadores estão presentes e empenhados na criança, conseguindo impor regras no agregado familiar e acompanhando todo o processo de crescimento da criança, e famílias com amigas com outras pessoas adultas que possam servir de modelos ou mentores para a criança, são considerados fatores de proteção para a prática de maus-tratos, uma vez que as primeiras experiências das crianças afetam todos os aspetos do seu comportamento e desenvolvimento futuros (CDC, 2022).

Relativamente ao contexto do desporto, e à relação da criança ou jovem com o treinador, o papel que este tem não pode resumir-se apenas ao desenvolvimento da dimensão física e técnica dos seus atletas, mas na junção destes aspetos com a dimensão psicológica, por forma a promover quer o alcance de resultados desportivos, quero potenciar o seu desenvolvimento geral (Syrmpas & Bekiari, 2018). Assim, por serem uma presença constante na vida do atleta, e uma figura de referência, os treinadores tornam-se de forma ambivalente num fator de risco e de proteção, consoante a relação que estabelecem com os seus atletas. Quando se mostram protetores, os treinadores têm a capacidade de perceber as manifestações de problemas dos atletas, nomeadamente quando estes se afastam dos colegas de equipa, mostram cansaço excessivo, quando diminuem a capacidade de concentração e de concluir tarefas ou quando demonstram sentimentos negativos (Selby & Reel, 2011; Ekern, 2019).

Relativamente ao contexto social em que se encontram as crianças e jovens, uma comunidade com acesso a habitação segura e estável, onde as famílias nela inseridas têm acesso ao ensino pré-escolar de qualidade e a cuidados de acolhimento seguros, torna-se num espaço protetivo, que assegura o bem-estar da criança e previne situações de maus-tratos, por ser um ambiente de proximidade com a criança ou jovem (CDC, 2022). Uma comunidade onde as famílias possam ter acesso a programas e atividades envolventes depois do período das aulas, nos tempos de lazer, como sejam, os clubes, desportos ou outras recreações, acesso a cuidados médicos e serviços de saúde mental e acesso a ajudas económicas e financeiras, aumentando as oportunidades de trabalho para os cuidadores, com políticas amigas da família, é uma comunidade que se transforma num fator de proteção para as crianças e jovens nela inseridas (CDC, 2022; Youth.gov, 2019). A capacidade da criação de laços de amizade positivos e saudáveis entre adultos e crianças, num processo de mentoria consistente, assim como a inscrição das crianças em escolas que não só abordem as necessidades académicas das crianças e jovens, mas também as suas necessidades sociais e emocionais, são fatores de proteção importantes para a prevenção da violência (Youth.gov, 2019).

Capítulo II – Prevenção Primária da Violência no Contexto Desportivo

Considerando que a violência no desporto tem um impacto negativo nas suas vítimas (Brackenridge et al., 2010), é importante apostar em estratégias de intervenção preventiva (Finkelhor, 2009).

De acordo com o Center for Disease Control and Prevention (2022) e a OMS (2006) a prevenção compreende quatro passos: definir o problema, para que possa ser desenvolvida uma estratégia que permita não só identificar como monitorizar esse mesmo problema na população-alvo; identificar fatores de risco e proteção; desenvolver e testar estratégias de prevenção, que atuem sobre os fatores encontrados para assim diminuir os riscos e aumentar os fatores protetores; e, por fim, assegurar uma adoção geral destas estratégias. Tendo em conta que a intervenção visa a promoção de fatores de proteção e a diminuição de fatores de risco, importa considerar uma abordagem ecológica, isto é, ter um foco em variáveis não só individuais, como em fatores relacionais, explorando os contactos imediatos da pessoa (por exemplo, do atleta), como os pais, os colegas ou amigos; e comunitários, considerando que é fundamental envolver os contextos onde o atleta está inserido, como por exemplo a família, a escola, ou os clubes; também o nível social é fundamental, procurando trabalhar junto de dirigentes desportivos, decisores políticos locais ou nacionais procurando influenciar políticas de prevenção da violência (Dahlberg & Krug, 2006).

Em termos de prevenção, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), que se guia por um modelo de saúde pública, distingue o que se designa por prevenção primária (isto é, abordagens que visam prevenir a violência antes que ela ocorra), de prevenção secundária (isto é, abordagens que trabalham com populações onde existem fatores de risco) e prevenção terciária (como por exemplo, intervenções com vítimas e/ou agressores).

Quando a responsabilidade da prevenção é posta em toda a comunidade, a intervenção torna-se mais eficaz contemplando vários níveis de atuação, numa lógica sistémica (Finkelhor, 2009).

Cada vez mais encontramos modelos de prevenção focados na comunidade, desviando do foco individual que até então era primordial (Wurtele, 2017), baseando este esforço no modelo ecológico de Bronfenbrenner (1977), que explica a importância de intervir em diferentes

níveis, nomeadamente o individual, o relacional, o comunitário e o social (Zielinski & Bradshaw, 2006).

Foram identificadas algumas iniciativas, campanhas e estratégias de prevenção a este nível, sobretudo internacionais:

#SportToo: é uma iniciativa que faz parte do movimento *#MeToo* fundado em 2006, para alerta sobre a epidemia do abuso e violência sexual. A iniciativa *#MeToo* tem um site que se organiza como grupo de ajuda e partilha de informação e testemunhos. É uma estratégia de prevenção terciária, direcionada para vítimas, considerando-se em si como um grupo de ajuda.

#CoachDontTouchMe: esta é uma iniciativa nas redes sociais para alerta sobre a prevenção do abuso sexual, recorrendo a publicações no feed do Instagram e tweets no Twitter. É uma campanha de prevenção primária, de sensibilização sobre esta temática.

US Center for safe sports: criada em 2017, esta é uma organização sem fins lucrativos, independente e autorizada pela Lei Federal “Protecting Young Victims from Sexual Abuse and Safe Sport Authorization”. Tem como materiais de prevenção um Toolkit parental e locais físicos e digitais para reporte de situações de abuso físico, psicológico e sexual. É uma estratégia de prevenção primária, com locais próprios de reporte e investigação.

A nível nacional, identificam-se as seguintes iniciativas:

Rede CARE da APAV: criado em 2016, este é um projeto de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual. Não se trata de uma resposta específica do contexto desportivo, mas trata-se de uma resposta de prevenção terciária que poderá incluir vítimas deste contexto.

Desporto sem Bullying: criado em 2016, este é um projeto de investigação-ação de sensibilização para comunidades educativas e desportivas, usa como recursos um jogo e a partilha de informação na sua página inicial. Este é um projeto de prevenção secundária, dirigida a atletas e ex-atletas de alta competição, pais e familiares, treinadores, dirigentes e staff de clubes desportivos, investigadores e cientistas, professores no ativo ou em formação, alunos, profissionais de saúde que trabalham com crianças e jovens, populações com maior risco de exclusão social e à classe política e de decisores, com um reencaminhamento para um fórum de ajuda.

Movimento contra o discurso de ódio: decorrido até ao final do ano de 2017, este movimento tem como principal objetivo o combate ao discurso de ódio e à discriminação na sua expressão online. Coordenado pelo IPDJ, em colaboração com Associações Juvenis, a

campanha decorreu em Portugal de forma online e offline, incluindo ações de formação e informação, seminários temáticos, ações de rua e outras iniciativas, acompanhando ainda a dinâmica europeia através da celebração dos Dias Europeus de Ação. É uma estratégia de prevenção primária.

Start to talk: criada em 2018, esta é uma Campanha de disseminação de informação sobre abuso sexual organizada pelo Concelho da Europa, disseminada em nove países europeus, onde se inclui Portugal. Esta campanha inclui um conjunto de recursos de treino em “desporto seguro”. É uma campanha de prevenção primária.

Violência Zero: criada em 2019, esta é uma campanha nacional de combate à violência no desporto, da Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto. Foram construídos um conjunto de recursos e disseminados através de diferentes canais. É uma estratégia de prevenção primária.

Bullying e Cyberbullying: desenvolvido em 2020, este é um site da Direção-Geral da Educação, com o objetivo de prevenir e combater o bullying e o cyberbullying no âmbito do centro de sensibilização SeguraNet e da Equipa de Educação para a Saúde, através da criação de líderes digitais, concursos, cursos, animações e tiras de banda desenhada, bem como selos protetores e referenciais de apoio ao trabalho desenvolvido pelas escolas. É uma estratégia de prevenção secundária, desenvolvida para ser aplicada nas escolas.

Roteiro Nacional para a proteção de crianças e jovens no desporto: Criado em 2022, foi desenhado um roteiro no âmbito do projeto conjunto do Conselho da Europa e da Comissão Europeia «Child Safeguarding in Sport» para sensibilizar as entidades competentes a assegurar ambientes saudáveis, seguros e positivos para atletas. É uma estratégia de prevenção primária.

Selo protetor: renovado para a sua 5ª edição em 2022-2024, o projeto Selo Protetor, inspirado no modelo australiano The Blue Card System, constitui-se como um sistema integrado de gestão de risco e perigo, representando uma oportunidade de autodiagnóstico e capacitação dirigida às Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), que demonstrem focar-se nos direitos das crianças, criando metodologias pró-ativas da sua promoção. Apesar de não se focar na prevenção da violência no desporto, foca-se na promoção de contextos escolares seguros, estando planeado generalizar-se para os contextos desportivos.

2.1- Estratégias de prevenção focadas nos cuidadores

Considerando que algumas formas de violência ligadas ao contexto desportivo ocorrem online, o Centro de Sensibilização SeguraNet tem vindo a disponibilizar conteúdos e recursos educativos que permitem ensinar às crianças e jovens como utilizar de forma segura e crítica as tecnologias digitais a que são expostas, cada vez de forma mais precoce. Este centro disponibiliza jogos e guias para as crianças, bem como artigos e recursos para os pais/cuidadores.

Relativamente às crianças, a literatura aponta para que o apoio dos pais na participação dos filhos nestes programas, ou providenciando por si uma educação sobre segurança, é uma proteção para estes jovens, que se tornam mais empoderados (Wurtele & Kenny, 2010).

Quanto aos cuidadores, os que conseguem obter conhecimentos e competências sobre a área da violência, conseguem identificar melhor quando as suas crianças são vítimas, facilitando e respondendo de forma mais adequada às revelações, o que torna o ambiente da criança mais seguro, e limita o acesso que potenciais agressores podem ter na sua vida (Wurtele & Kenny, 2012). Adicionalmente, de acordo com os estudos de Godbout et al. (2014), a forma como os cuidadores respondem à revelação das crianças sobre determinada forma de abuso tem um impacto significativo no seu bem-estar psicológico e posterior ajustamento.

Quando comparada com workshops presenciais, a internet tem a vantagem de conseguir reduzir os custos do projeto, conseguindo desta forma chegar a um maior número de pessoas, que por indisponibilidade não poderiam comparecer, tendo assim total acesso, de forma privada, a partir das suas casas, ou de onde estiverem, combatendo a incompatibilidade de horários com as sessões formativas (Wurtele, 2017).

2.2- Estratégias de prevenção focadas nos treinadores

A criação de regulamentos que visem a proteção de crianças e jovens atletas é uma estratégia usada em alguns contextos. Os mesmos incluem orientações que procuram evitar situações em que os funcionários fiquem sozinhos com as crianças, e em alguns contextos é exigida a obrigatoriedade da presença de dois adultos de cada vez, proibindo-se que os adultos que asseguram os transportes fiquem sozinhos com as crianças nos seus veículos, limitando assim

qualquer contacto entre funcionários e crianças ou jovens no âmbito de iniciativas desportivas (Lanning & Dietz, 2014).

Em alguns países é referido, como medidas preventivas para a violência no desporto, a obrigatoriedade de entrega do registo criminal dos potenciais candidatos a integrar posições de contacto com crianças e jovens, estudando o seu currículo para que possam identificar possíveis fatores de risco, como por exemplo alguma lacuna existente ou instabilidade no historial de emprego, assim como quaisquer problemas com a autoridade, para que possam posteriormente pedir referências antes de qualquer contratação (Assini-Meytin et al., 2021).

2.3- Estratégias de prevenção focadas nas crianças/jovens

Algumas estratégias preventivas com crianças e jovens recorrem a metodologias ativas e participativas recorrendo à modelagem, e estratégias de role-play (Walsh et al., 2015). Autores como Roberts e Miltenberger (1999), Gubbels et al. (2021) e Wurtele e Kenny (2010, 2012) têm vindo a concluir que estes programas de prevenção por modelagem são mais eficazes que aqueles de exposição passiva.

Gubbels et al. (2021) explicam que os programas de prevenção universal ou primária são habitualmente implementados nas escolas, onde, de acordo com Wurtele (2017), os temas que mais devem ser abordados são o cyberbullying, a segurança na internet, relações seguras e intervenção bystander, ou seja, efeito do espectador.

Programas de prevenção da violência com crianças mais velhas tendem a apresentar resultados mais baixos, pela falta de participação ativa e treino comportamental dos jovens (Davis e Gidyvz, 2000). A literatura (como por exemplo Wurtele, 2009), tem destacado a importância de trabalhar competências sociais que estimulem interações positivas e de respeito com os outros, como o estabelecimento de limites, a assertividade e outras estratégias de comunicação, a empatia, resolução de conflitos e treino de comportamentos de ajuda. Para isto, as escolas têm sido contextos privilegiados na implementação de programas neste contexto, pela sua componente educativa. Por norma, estes programas conseguem ensinar às crianças como reconhecer um potencial agressor, quer seja um estranho ou alguém da sua confiança, facilitando informação clara e precisa de como comunicar qualquer eventual experiência de toques inapropriados (Wurtele & Kenny, 2012). Quando estamos a querer chegar a crianças mais velhas ou jovens, torna-se essencial a utilização de estratégias inovadoras, como o uso da internet e dos jogos online interativos (Muller et al., 2014).

Capítulo III – Materiais digitais de prevenção da violência no desporto

No contexto atual em que nos encontramos, de informação, proliferação dos meios de comunicação e da Internet, os utilizadores podem ligar-se à rede a qualquer momento do seu dia/noite, através de gadgets que os acompanham para qualquer lugar, como sejam os telemóveis, portáteis, tablets, etc., havendo uma mudança massiva do comportamento de cada consumidor, que apesar de diversos estudos demonstrarem que com o aumento da idade diminui a utilização das aplicações, o papel destes aplicativos tem ganho cada vez mais terreno na vida quotidiana das pessoas (Delgado, 2015). De acordo com Jones et al. (2011), consegue ver-se a importância que as aplicações têm ganho ao longo do tempo, pelo número crescente de entidades públicas e privadas que cada vez mais querem marcar a sua presença no mundo digital, disponibilizando a sua própria aplicação móvel. Assim, com todas as aplicações que já existem, ou vão sendo criadas diariamente, existe uma aplicação para qualquer pessoa, independentemente da sua idade ou interesses (Nielsen, 2014).

No entanto, como apontado por Woodlock (2015), a tecnologia pode, pela sua dimensão, munir os agressores de mais ferramentas e meios para conseguir intimidar e controlar as vítimas, que depois desta relação levam a que mudem de número de telemóvel, deixem de marcar presença nas redes sociais ou inclusive, deixem de ter acesso a dispositivos tecnológicos que estejam ligados à internet, uma vez que o controlo dos agressores foi extremamente sólido e constante, tendo recorrido cada vez mais a estas ferramentas para dominar e controlar as vítimas, principalmente através do stalking (Ferreira, 2016; Victorian Royal Commission into Family Violence, 2016). Esta questão merece alguma atenção quando pensamos que parte da violência pode ser cometida online também.

De acordo com o relatório da União de Telecomunicações Internacional (ITU), em 2022, a conectividade universal continua a ser uma realidade distante, onde em apenas 13 países se consegue que pelo menos 95% da população tenha acesso à internet. No entanto, houve um aumento de 30% do uso da internet, comparando com os números anteriores à pandemia por COVID-19. Entre as idades de 15 e 24, 71% dos jovens usam frequentemente a internet, quando comparados com os 57% de outras faixas etárias. No contexto português, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) apresentou, em 2020, que 84,5% das famílias portuguesas tinham acesso à internet em sua casa, das quais 98,2% tinham crianças até aos 15 anos. Quanto às Redes Sociais, estas registam uma participação de 80% dos utilizadores de internet em Portugal. A

nível europeu, a idade média para o início do uso da internet é nove anos, sendo que a idade mais nova registada é de sete anos, e a mais velha é de onze.

Até à data do presente estudo, não existem aplicações móveis de prevenção da violência no desporto, a nível nacional, apesar de existir uma para a violência doméstica, criada em 2018 pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG - <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/rnavvd/guia-de-recursos/>).

3.1- Benefícios

Com o objetivo de determinar se o uso das novas tecnologias aumentava o conhecimento teórico sobre maus-tratos infantis, um dos estudos pioneiros a abordar a eficácia de usar o formato online para conseguir disseminar informação sobre este tema, a estudantes universitários, foi Kenny (2007), onde incluiu informação sobre sinais e sintomas do abuso sexual, bem como informação estatística, consequências e procedimentos de revelação. Da mesma forma que para os adultos uma aprendizagem autónoma e acesso livre à informação em qualquer altura se verificou uma grande vantagem, também no seu estudo com os estudantes universitários se pôde concluir que as pontuações pós-teste eram significativamente mais elevadas do que as de pré-teste, indicando um aumento no conhecimento sobre os sinais, sintomas e procedimentos de revelação do abuso sexual em apenas uma hora, onde, pelo formato online, os estudantes conseguiram aprender ao seu próprio ritmo, considerando isso como uma vantagem para a aquisição de conhecimentos.

Também os jogos, descritos pela literatura como *serious games*, isto é, uma base gamificada de aprendizagem (Plass et al., 2015), segundo Scholes et al. (2014), têm um impacto positivo nas aprendizagens, sendo usados na prevenção do abuso sexual para aumentar o conhecimento das crianças, de forma a reforçar ainda a sua motivação, confiança e envolvimento na aprendizagem.

Considerando esta realidade, para conseguir estimular o envolvimento das crianças e jovens e melhorar o seu desenvolvimento cognitivo, pensamento complexo, resolução de problemas, tomada de decisão e multitasking, faz sentido introduzir nas suas aprendizagens o uso de novas tecnologias e jogos online (Futurelab, 2009; Klopfer et al., 2009; DEECD, 2011),

conseguindo dar um novo propósito a estas ferramentas, que, como descrevem Stielor-Hunt et al. (2014), passam de meios de entretenimento para meios pedagógicos e psicoeducativos.

3.2- Objetivos

Pela importância que a prevenção universal tem para a vida de qualquer membro da comunidade desportiva, e pela urgência que prevenir a violência no desporto tem para os seus intervenientes, este estudo pretende contribuir para a criação de uma APP que vise aumentar os conhecimentos sobre a violência no desporto, tornando-se num recurso que compile um conjunto de tópicos e contactos de auxílio à procura de ajuda.

Neste sentido, apesar dos esforços que têm sido feitos, nomeadamente pelo IPDJ (<https://ipdj.gov.pt>), através da sua página, do Observatório Nacional da Violência contra Atletas (ObNVA, <https://www.ismai.pt/pt/investigacao/obnva>), entre outros, continua a ser necessário criar uma ferramenta, independente do acesso à internet, que possa estar sempre disponível para consulta, que seja baseada na literatura, permitindo ensinar aos diversos atores do contexto desportivo a intervir ativamente no comportamento agressivo de qualquer colega ou estranho, que como explicam Casey e Ohler (2012), que pode ser uma tarefa desafiadora mesmo para adultos que estejam bem treinados na área, e especialmente para adolescentes, que vêm a perspectiva de intervir como estando carregada de riscos sociais e físicos (Storer, Casey, & Herrenkohl, 2016).

Para o efeito, pretende-se levar a cabo uma avaliação de necessidades com especialistas nesta temática, atletas e treinadores, considerando uma abordagem multi-informantes.

Capítulo IV – Método

Para responder ao objetivo de estudo, foi utilizada uma metodologia qualitativa. Flick (2009) realça a importância de que as narrativas, devem ter limites na sua exploração, quer a nível local, como temporal e situacional, uma vez que vivemos num contexto cada vez mais diversificado e individualizado, tornando-se fundamental que o investigador se familiarize com aquilo que efetivamente ocorre no contexto de vida da população a que se quer chegar (Blummer, 1969). Esta familiarização torna-se crucial, uma vez que o significado atribuído por cada pessoa é um elemento imprescindível para conseguir compreender o seu comportamento, bem como as suas interações e processos. Os autores do Interacionismo Clássico defendem que cada investigador se deve apropriar dos significados que são experienciados pela amostra num contexto individualizado (Jeon, 2004).

A opção pela condução de entrevistas individuais prende-se pela riqueza das respostas que cada participante pode fornecer, partindo das suas circunstâncias concretas, o que, como abordado por Flick (2009), é algo importante a considerar para a relevância que o estudo poderá vir a ter na vida quotidiana de cada elemento da população-alvo.

4.1- Participantes

Para efeitos do presente estudo, recorreu-se a uma amostra de conveniência. Foram critérios de inclusão especialistas no contexto desportivo e da violência no desporto, treinadores e atletas maiores de 18 anos de diferentes modalidades desportivas. A amostra é, então, constituída por doze participantes. Destes, quatro são especialistas (adiante identificadas por E) da área da prevenção da violência no desporto, das quais duas são professoras universitárias e investigadoras na área da psicologia, uma é professora universitária e investigadora na área da educação física e do desporto e uma da área da sociologia, que tem contacto com o contexto desportivo através da sua formação em proteção de crianças e jovens no desporto. Em média, têm 51 anos de idade (Min=46; Max=55; DP=4,1) e mais de 20 anos (M=20,5) de contacto com a área da violência no desporto; dos doze participantes, três são atletas (adiante identificadas por A) das modalidades de patinagem artística, rugby e motocross, todos tendo integrado equipas de competição. Os atletas têm, em média, 29 anos de idade (Min=19; Max=45; DP=11,4) e 18,33 anos de prática da sua modalidade, tendo todos começado quando crianças. Fazem também parte da amostra cinco treinadores (adiante identificados por T) das modalidades de patinagem artística, jiu-jitsu e futebol. Em média, têm 30 anos de idade

(Min=23; Max=45; DP=8,1) e, contando com os anos de experiência como ex-atletas e treinadores, estes participantes têm 17,2 anos de contacto com o contexto desportivo.

A amostra é, então, constituída por seis elementos do sexo feminino e seis elementos do sexo masculino. Considerando a amostra total, os participantes possuem, aproximadamente 19 anos de contacto com o contexto desportivo (M=18,58; DP=8,9).

4.2- Instrumento

Considerando os objetivos do estudo, foi desenhado um Guião de Entrevista semiestruturado, geral, para que pudesse ser aplicado a todos os elementos da amostra, com oito perguntas, das quais uma pretendia recolher uma caracterização geral da amostra e as restantes procuravam entender qual deverá ser a estrutura da App e quais os conteúdos que deve abordar, bem como de que forma podem estes conteúdos ser apresentados e a quem.

4.3- Procedimento de Recolha

Entre os meses de julho e outubro foram contactados via e-mail um grupo de especialistas, treinadores e atletas, recorrendo-se primeiramente a contactos pessoais, pedindo que se partilhasse o email por outros (atletas e treinadores). Foram selecionados indivíduos que pudessem ter interesse em colaborar para a realização desta dissertação. Nos e-mails seguiu um consentimento informado onde se explicitaram os objetivos do estudo, dando também informação sobre a confidencialidade e participação voluntária de cada indivíduo, a preencher em caso de interesse em colaborar.

Foram obtidas respostas de doze participantes ao longo de quatro meses, tendo sido as entrevistas realizadas entre um de agosto e seis de outubro de 2022.

Para a condução das entrevistas foram utilizadas ferramentas digitais, como o Zoom, e pontualmente o WhatsApp em conjunto com o gravador de telemóvel, quando os participantes não conseguiam ter acesso à opção predefinida (Zoom).

Após cada entrevista, foi feita a transcrição do conteúdo gravado, com o consentimento dos participantes, tendo posteriormente organizado as respostas com base nas questões colocadas. Os áudios encontram-se guardados num ficheiro externo, procedendo-se à sua destruição após o tempo requerido para efeitos de investigação pelo ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.

4.4- Procedimento de Análise

Foi feita uma análise temática dos dados, baseada nos estudos de Braun e Clarke (2006), e em Souza (2019). Desta forma, começou por ser garantida a familiarização com os dados; após a qual foram identificadas como unidades de registo frases ou palavras, que posteriormente foram codificadas e inseridas em temas considerados a priori e temas que surgiam a posteriori. Foi criado um dicionário de categorias para todos os temas considerados (Anexo D – Dicionário de Categorias).

O processo de codificação foi discutido regularmente entre duas pessoas, de forma a garantir a fiabilidade da análise (Lima, 2013).

Capítulo V – Resultados

Foram encontrados cinco temas principais, dos quais, de acordo com a análise temática como descrita por Braun e Clarke (2006), os temas Conteúdos, Estrutura e População-alvo são dedutivos, isto é, foram criados a partir de conhecimentos prévios; os temas Procedimentos de atuação e Estratégias de divulgação e disseminação são indutivos, isto é, baseados nos dados.

Pelos cinco temas principais, foram criados doze subtemas indutivos. A Figura 1 ilustra o mapa temático. Será feita agora uma apresentação dos resultados por temas e respectivos subtemas.



Figura 1. Mapa temático final.

5.1- Conteúdos

No que diz respeito ao tema Conteúdos, o mesmo encontra-se organizado em três subtemas:

Literacia. Este subtema reúne onze unidades de registo encontradas em oito das doze entrevistas. As mesmas remetem para a importância de facultar conhecimentos específicos sobre a problemática da violência: “a fronteira entre aquilo que é a violência ou o aquilo que é o respeito pela própria prática desportiva” (E4) e “que tipos de violência é que há” (E1), bem como os riscos e sinais de alerta, onde três especialistas e um atleta partilharam a necessidade

de saber “como é que ela [violência] se pode manifestar” (E1) e “aquilo que é expectável que as pessoas sintam quando estão perante uma situação de discriminação ou de violência” (E4), descrevendo, portanto, os fatores de risco associados à violência no contexto desportivo e quais os sinais que podem ser manifestados pelos atletas ao serem envolvidos numa situação de perigo. Ainda, dois dos participantes mencionam a importância da clarificação do enquadramento legal; tal como referem: “a questão do enquadramento legal que eu acho que é aqui também basilar, um respaldo legal que a lei portuguesa as protege” (E4); “é fundamental a identificação dos agressores [fatores de risco], as punições devem ser bem claras [enquadramento legal e criminal]” (T5).

Prevalência. Foi um subtema referido por cinco dos doze participantes. Este subtema reúne unidades de registo (n=5) que remetem para a necessidade de descrever “os números da violência em Portugal” (E1), e para a possibilidade de os comparar com outros países [“existir uma comparação com aquilo que é os números estrangeiros” (T1)], uma vez que esta informação pode destacar mais esta problemática [“tornem [o problema] real, mostrarem que realmente existe” (A1)].

Recursos. Este subtema reúne duas unidades de registo de dois participantes, e remete para a possibilidade de a APP poder incluir outro tipo de recursos, para os quais os utilizadores são reencaminhados através de hiperligações: “possibilidade de ter uma hiperligação, fórum em que possam pôr a sua pergunta” (E1) ou “haver uma ligação se querem obter mais informação acerca de determinado tema” (E3).

5.2- Estrutura

No que diz respeito ao tema Estrutura, o mesmo abarca três subtemas distintos:

Texto. Com dez unidades de registo, e de acordo com o maior parte dos participantes (n=10), a informação deve ser “muito curta, muito sucinta, muito objetiva” (E1), “mais simples, é muito mais atrativo” (E2), uma vez que “muito comprido nunca ninguém vai ler” (A1). Um dos treinadores mencionou que o texto deveria ser construído em função do grupo-alvo: “mais curto para o jovem, mas com os encarregados de educação ter algo mais longo, também mais descritivo e mais detalhada do que é cada temática abordada para os dirigentes” (T1);

Animações. Este subtema agrega dez unidades de registo referidas por dez participantes, relativas à possibilidade de inclusão de “pequenos vídeos e demonstrações do que fazer” (E2), jogos [“jogos poderia também ser interessante porque é mais didático” (T1); “os jogos, as perguntas para se responder, para se fazer” (A3)], “pequenos teatros de bonecos, um boneco

animado” (E3), “alguns sketches” (T2) e “recomendações de filmes, documentários, livros, imagens alusivas estas pessoas” (E4);

Testemunhos. Nove dos doze participantes destacaram, através de nove unidade de registo, que “poderia haver alguns testemunhos” (E1), “histórias, fossem apresentados casos” (E3), “fazer com que as pessoas possam partilhar as suas histórias denunciar as suas situações, atletas de referência que tenham passado por situações de discriminação ou de violência ou de assédio ou depressão” (E4), “muito importante para pessoas que passam pela mesma situação e que têm este mesmo bloqueio emocional, alguma coisa que os faça perceber, ter testemunhos na aplicação, ou seja, ter pessoas a falar sobre o que passaram” (A2) ou “a demonstração de aquilo que é a realidade, ou seja, é algo que já possa ter acontecido e ajuda, muitas vezes sensibiliza as pessoas” (T5).

5.3- Procedimentos de atuação

Este tema agrega seis unidades de registo, de metade dos participantes (n=6) que referiram a importância de a App dever ter uma área designada para explicar como “saber o que fazer, a quem pedir ajuda” (E1), “estratégias sobre como lidar com a situação” (T2) e ter uma “breve identificação das entidades e dos mecanismos que podem ser usados para o reporte” (E4).

5.4- População-alvo

Este tema agrega dois subtemas, nomeadamente:

Linguagem. Das entrevistas surge informação diversa; das dez unidades de registo apontadas, se por um lado dois elementos da amostra, dos quais, um treinador e um atleta, referiram que deve ser utilizada uma linguagem mais geral, “que toda a gente conseguisse perceber, toda a gente – seja eu o pai, seja o atleta, seja o treinador na informação que tiver” (T2), a maior parte dos participantes (n=8), defendem uma linguagem particularizada a cada grupo, isto é, mais ajustada ao grupo alvo: “não é o mesmo discurso, têm responsabilidades tão diferentes no contexto desportivo, discurso muito genérico não é para qualquer tipo de idade” (E2); “são de facto públicos muito diferentes com necessidades muito diferentes, as questões de género, as questões da etnia, as questões de orientação sexual, identidade, expressão de género, uma linguagem que não seja ela própria discriminatória” (E4). Destacam-se ainda diferenças relativamente ao facto de que diferentes modalidades têm diferentes discursos e formas de atuação, pelo que a linguagem utilizada deveria ser diferenciada pelos diferentes

desportos: “modalidade não tem nada a ver uma coisa com a outra” (T3) e aquilo que são pessoas fora do contexto desportivo deveriam ter uma linguagem especializada também para sim, pela “diferença entre o que é um adepto geral ou os intervenientes já dentro do desporto” (T5);

Idade. Das entrevistas emergem opiniões distintas. Enquanto alguns participantes (n=6) referem que a App deveria ser dirigida a atletas mais jovens [“os mais pequenos talvez, a partir do momento em que começa a profissionalizar” (T2); “talvez privilegiasse as camadas mais jovens, o desporto de formação” (E4)], outros participantes (n=4) referem que a App se deveria destinar a jovens mais velhos, ou a treinadores e pais: “este tipo de informações seria mais para treinadores e pais, ou seja, pessoas adultas que têm noção da informação que têm à sua frente, ou estou a falar por exemplo, a partir dos 16” (T4). Assim, no tema que reúne unidades de registo (n=12) de todos os participantes (n=12), não é consensual qual a idade ou grupo etário a quem se deve dirigir a aplicação, tendo-se obtido, ainda, uma resposta que remete para a possibilidade de a App ser pensada para “todas as idades” (T3).

5.5- Estratégias de divulgação e disseminação

Este tema emergiu em sete das doze entrevistas. Dentro das estratégias mencionadas, foram encontrados três subtemas distintos de disseminação, dos quais:

Proteção de dados pessoais. Em três unidades de registo, foi mencionado por dois treinadores e um especialista (n=3) a necessidade de “ser, lá está, fácil de usar, credível e tinha que haver confiança das pessoas para dar os seus dados” (T1) e poder ser prestada “informação sem comprometer o anonimato e a confidencialidade, divulgação muito bem feita porque de outra forma ela poderá ficar aquém em termos de utilização” (E4);

Contexto escolar. Um atleta e uma especialista mencionaram a importância de começar no meio educativo, e daí poder avançar-se com uma disseminação por troca de comentários entre si; “talvez procurar que a aplicação pudesse ter aqui algum tipo de parcerias estratégicas no âmbito do desporto escolar” (E4). Este subtema conta com duas unidades de registo;

Contexto desportivo. Uma das especialistas mencionou este contexto como o meio preferencial para que esta ferramenta pudesse ser divulgada “ir através das associações, das federações, dos comités” (E4), sendo esta a única unidade de registo assinalada;

Redes Sociais. Este subtema agrega unidades de registo (n=3) de dois treinadores e um atleta (n=3). Surge como o meio mais atual para se poder partilhar informações: “Atualmente

tem que se usar todas as ferramentas disponíveis, como as redes sociais” (A3); “Pensar no Instagram ou tik-tok” (E4).

Capítulo VI – Discussão

O presente trabalho tinha como objetivo conduzir uma avaliação de necessidades, que permitisse averiguar o que é percebido como importante conter na criação de uma aplicação móvel, para assim conseguir potenciar uma melhor literacia sobre a violência no desporto, procurando promover fatores protetores e diminuir os fatores de risco na área da violência no desporto.

A avaliação de necessidades permite “verificar a viabilidade, a relevância e o rigor da conceção de um projeto ou programa” (Equipa K’CIDADE, 2007, pág. 26). A importância de conduzir uma avaliação de necessidades multi-informantes é, por isso, fundamental, permitindo uma análise compreensiva mais alargada, e por isso, mais completa.

A App foi considerada uma ferramenta de prevenção da violência no desporto interessante, mediante algumas estratégias de estruturação consensualmente descritas, como a brevidade dos seus textos teóricos, uma vez que um estilo de comunicação em diálogo favorece a capacidade de atenção, onde a aprendizagem é experienciada de forma distinta do modo automático como habitualmente se recebem todas as informações (De-Nardin & Sordi, 2007). Nestes textos propostos pelos participantes, foi descrita a importância de, além da descrição daquilo que são os diferentes tipos de violência no desporto, os seus fatores de risco e proteção e as suas consequências, conseguir incluir o enquadramento legal em que se insere, por exemplo, o Decreto Regulamentar n.º 10/2018 que cria a Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto ou a Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; e a prevalência da violência em Portugal, para que esta seja uma ferramenta que não só previna, mas alerte e possa apresentar a seriedade da situação, com a apresentação de números que tornam a problemática real.

Também, a inclusão de vídeos e animações, pela significativa contribuição que estes têm para uma aprendizagem autónoma, desde crianças pequenas até aos adultos, desenvolvendo neles um aumento da sua autonomia não apenas cognitiva, como sócio afetiva (Belloni & Gomes, 2008).

Ainda no que os participantes puderam refletir sobre a estrutura da App, o uso ou apresentação de testemunhos, umas das mais importantes fontes epistémicas de adquirir conhecimento (Colares, 2013), foi bastante consensual, quer pela sua representação daquilo que é possível ultrapassar, como exemplo de superação para as gerações futuras.

Relativamente à idade da população a que a App se deve dirigir, nomeadamente se a crianças, adolescentes ou adultos, os participantes não foram unânimes nas suas opiniões, tendo

de forma distribuída referido a importância desta se dirigir a crianças mais jovens, o que na literatura pode ser justificado pela importância de começar a ensinar as crianças desde pequenas a como lidar com os seus sentimentos e comportamentos de agressão, que não controlados numa idade precoce, correm o risco de continuar e ter problemas comportamentais mais tarde (Tremblay et al., 2008). Ainda, a justificação para o foco numa amostra mais velha, prende-se bastante com o facto de, segundo os participantes, esta ser uma temática que é compreendida apenas por jovens mais velhos, ou adultos.

De forma consensual entre a maioria dos participantes, consideram que a linguagem utilizada na App deve ser particularizada, dirigindo-se especificamente a um pequeno grupo, com características muito semelhantes, para que estes se possam identificar com o que lhes é apresentado, o que na literatura é confirmado, principalmente no que concerne à avaliação de necessidades, onde a adaptação da linguagem utilizada é um padrão de qualidade (Equipa K’CIDADE, 2007), e possam seguir com as suas aprendizagens de forma interessada e atenta. Sendo os diferentes grupos da população-alvo proposta tão distintos, e com responsabilidades sociais tão diferentes, não fez sentido à maior parte da amostra que a linguagem fosse geral, conseguindo com a mesma informação, apresentada da mesma forma, ser eficaz a passagem dos conhecimentos, como é pretendido, principalmente no que concerne a idade, uma vez que para intervir com crianças, é muito importante ter uma linguagem simples, com uma comunicação curta, que evite usar expressões na negativa (Keller-Hamela, n.d.)

Quanto aos meios de disseminação e divulgação, a amostra abordou todos os contextos que rodeiam uma criança ou jovem, sendo que de forma generalizada, todos os participantes enfatizaram, de alguma forma, a importância de prevenir desde cedo. Assim, foram apresentados como contextos ótimos para a disseminação e divulgação da App, o contexto escolar, espaço privilegiado para levar a cabo estratégias preventivas de forma precoce (School Context, 2020), e desportivo, onde as crianças podem ter conhecimento desta ferramenta e a partir daí poder falar sobre ele com os seus pares, até que a App esteja divulgada pelos atletas, por um processo de boca-a-boca, e as redes sociais, que aparecem como meio mais atual e utilizado pela população geral para transmissão e partilha de conhecimento. Ainda, foi referida a importância de que a App garanta a proteção de dados dos seus utilizadores, pelo que a sua utilização pode ficar aquém daquilo que é esperado, se os utilizadores não se sentirem confortáveis e confiantes para instalar a App ou criar um perfil, caso seja pedido. Para isso, a capacidade de a App ser confidencial e não intrusiva deve ser garantida.

Este trabalho, apesar da sua relevância teórica, apresentou diversas limitações, nomeadamente ao nível da amostra, uma vez que seria importante ter conseguido que crianças

e jovens pudessem contribuir com as suas visões e opiniões sobre aquilo que a App pode contribuir, bem como conseguir ter obtido o testemunho de pais e cuidadores, para que se conseguisse obter informação de um grupo que é considerado na população-alvo, mas não na amostra.

Com base nos resultados da avaliação de necessidades, está então a ser conduzida uma App cuja organização se prende pela apresentação de textos informativos, com imagens e pequenos vídeos relacionados, dedicados a cada grupo-alvo (atletas, treinadores, pais/cuidadores), que cada pessoa seleciona ao entrar na aplicação. Ao longo dos separadores estão pensadas pequenas caixas de texto com estatísticas e dados de prevalência, assim como com alguns testemunhos, remetendo para o que cada utilizador pode fazer, mediante o seu papel no contexto desportivo. Ao longo dos textos informativos estarão links e hiperligações de páginas e entidades que poderão oferecer explicações mais aprofundadas do tema, bem como onde consultar o enquadramento legal de cada conceito explorado. Depois de toda uma exploração teórica, e sem perder algum dinamismo, os utilizadores serão então encaminhados para um quiz, sobre mitos e factos sobre a violência no desporto, onde após responderem serão encaminhados para uma pequena explicação do porquê de ser mito, ou verdade, dando pequenos exemplos, com vídeos ou role-plays de como proceder caso ocorra alguma das situações acima exemplificadas.

Para eventuais estudos futuros, seria importante perceber qual a real utilidade, relevância e adequação da App, pelo que é sugerida a sua testagem, nos diferentes grupos apresentados como possível população-alvo, para que se consiga adequar os seus conteúdos e estrutura ao grupo que se apresente como mais beneficiado com a sua utilização.

Fontes

Código Penal [CP] (2007). Coimbra: Almedina.
Decreto Regulamentar 10/2018, de 3 de outubro, I (2018).
Cria a Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto (1990). *A Convenção sobre os Direitos da Criança* [Review of *A Convenção sobre os Direitos da Criança*]. UNICEF.
Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo [LPCJP], Artigo 11º, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações impostas pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro e pela Lei n.º 23/2017, de 23 de maio.

Referências

- About ITU Telecom*. (2022). ITU. <https://www.itu.int/en/itu telecom/Pages/default.aspx>
- Abrams, M. (2010). *Gestão da raiva no desporto: Compreender e controlar a violência nos atletas*. Champaign, Illinois: Cinética Humana.
- Abrams, M., Bartlett, M., & Prewitt-White, T. (2015, December 1). Sport and violence. *Sport Exercise and Performance Psychology Newsletter*. <https://www.apadivisions.org/division-47/publications/newsletters/exercise-sport/2015/12/sport-violence>
- Abrams, M., & Bartlett, M. L. (2019). #SportToo: Implications of and Best Practice for the #MeToo Movement in Sport. *Journal of Clinical Sport Psychology*, 13(2), 243–258. <https://doi.org/10.1123/jcsp.2018-0065>
- Aguiar, T. (2010). COMPETÊNCIAS DE LITERACIA, DE NUMERACIA E SOCIAIS EM DOIS PERÍODOS DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: NO PRÉ-ESCOLAR E NO 1º ANO DE ESCOLARIDADE. *REVISTA GALEGO-PORTUGUESA de PSICOLOGIA E EDUCACIÓN*, 18(2).
- Alaggia, R. (2010). Na ecological analysis of child sexual abuse disclosure: Considerations for child and adolescent mental health. *Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 19(1), 32-39.
- Alexander, K., Stafford, A., & Lewis, R. (2011). The experiences of children participating in organised sport in the UK. Edinburgh: University of Edinburgh/NSPCC Centre for UK- Wide Learning in Child Protection. Main report. Edinburgh, UK.
- Alexandre, J & Agulhas, R. (2018). Abrir a Caixa de Pandora ou falar de abuso sexual em crianças e jovens no desporto. Visão e Contextos.
- APAV (2011). Manual crianças e jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir.
- Assini-Meytin, L. C., Kaufman, K. L., Mathews, B., Palmer, D. A., Ingram, M., & Letourneau, E. J. (2021). Preventing and responding to child sexual abuse: Organizational efforts. *Child Abuse & Neglect*, 112, 1-12. DOI: 10.1016/j.chiabu.2020.104892
- Belloni, M. L., & Gomes, N. G. (2008). Infância, mídias e aprendizagem: autodidaxia e colaboração. *Educação & Sociedade*, 29(104). <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000300005>
- Bergeret, J. (2004). *Psicologia patológica*. (2a ed.). Lisboa: Climepsi.
- Biedma, F. J. R., & Goicoechea, P. H. (2018). EL ABUSO SEXUAL INFANTIL QUEDA FUERA DE JUEGO: Estándares de calidad (Acute and Creative, Ed.). CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES.
- Biedma, F. J. R., & Goicoechea, P. H. (2018). EL ABUSO SEXUAL INFANTIL QUEDA FUERA DE JUEGO: Guía de actividades (Acute and Creative, Ed.). CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES.

- Bigras, N., Godbout, N., & Briere, J. (2015). Child sexual abuse, sexual anxiety, and sexual satisfaction: The role of self-capacities. *Journal of Child Sexual Abuse*, 24(5), 464–483. DOI: 10.1080/10538712.2015.1042184
- Bjørnseth, Ingunn & Szabo, Attila. (2018). Sexual Violence Against Children in Sports and Exercise: A Systematic Literature Review. *Journal of Child Sexual Abuse*. 27.10.1080/10538712.2018.1477222.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic interactionism: Perspective and methods*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Boaventura, J. (1998). Olimpismo e cultura desportiva (pp. 41-52). In J. Proença & J. Constantino (Eds.). *Olimpismo, desporto e educação*. Lisboa: Universidade Lusófona.
- Brackenridge, C., and Fasting, K. (2005). The grooming process in sport: Narratives of sexual harassment and abuse. *Auto/biography*.13. 33-52. doi:10.1191/0967550705ab0160a
- Brackenridge, C.H. (2001). *Spoilsports: Understanding and preventing sexual exploitation in sport*. London: Routledge.
- Brackenridge, C. H., Fasting, K., Kirby, S., & Leahy, T. (2010). Protecting children from violence in sport – A review with a focus on industrialized countries. UNICEF Innocenti Research Centre. Retrieved from https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/violence_in_sport.pdf.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32(7), 513-531. doi: 10.1037/0003-066X.32.7.513
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The Bioecological Model of Human Development. In R. M. Lerner & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (pp. 793–828). John Wiley & Sons Inc.
- Bullying Statistics*. (2019). *Bullying Statistics*. <http://www.bullyingstatistics.org/>
- Burke, M. (2001). Obeying until it hurts: Coach-athlete relationships. *Journal of the Philosophy of Sport*, 28(2), 227-240.
- Canadian Centre for Child Protection (2014). Child sexual abuse – It is our business [pdf]. Retirado de https://www.cybertip.ca/pdfs/C3P_ChildSexualAbuse_ItIsYourBusiness_en.pdf
- Carolane Fournier, Sylvie Parent & Hélène Paradis (2022) The relationship between psychological violence by coaches and conformity of young athletes to the sport ethic norms, *European Journal for Sport and Society*, 19:1, 37-55, DOI: [10.1080/16138171.2021.1878436](https://doi.org/10.1080/16138171.2021.1878436)
- Carvalhosa, S. (2007). O Bullying nas Escolas Portuguesas. Seminário: Bullying, Violência e Agressividade em Contexto Escolar. Lisboa; Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Casey, E. A., & Ohler, K. (2012). Being a positive bystander: Male antiviolence allies' experiences of “stepping up”. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(1), 62–83. <https://doi.org/10.1177/0886260511416479>
- Centers for Disease Control and Prevention [CDC] (2022). *Child Abuse and Neglect*. Retirado de <https://www.cdc.gov/violenceprevention/childabuseandneglect/>
- Child Abuse in Sport: European Statistics (CASES)*. (2021). Centre for Child Protection and Safeguarding in Sport. <https://sites.edgehill.ac.uk/cpss/projects/child-abuse-in-sport-european-statistics-cases/>
- Colares, L. B. V. (2013). O TESTEMUNHO COMO FONTE DE CONHECIMENTO. *Pólemos*, 2(3).
- Council of Europe (2018). Retirado de <https://www.coe.int/en/web/human-rights-channel/stop-child-sexual-abuse-in-sport>
- Dahlberg, L. & Krug, E. (2007). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178.

- Darling, N., Caldwell, L. L., & Smith, R. (2005). Participation in School-Based Extracurricular Activities and Adolescent Adjustment. *Journal of Leisure Research*, 37(1), 51–76. doi: 10.1037/0022-0663.91.2.369.
- David-Ferdon, C. y Hertz, M. F. (2007). Electronic media, violence, and adolescents: an emerging public health problem. *Journal of Adolescent Health*, 41, 1-5.
- Davis, M. K., & Gidycz, C. A. (2000). Child sexual abuse prevention programs: A meta-analysis. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 29, 257-265. DOI: 10.1207/S15374424jccp2902_11
- Delgado, M. (2015). Plano de Negócio para a aplicação mobile Nutri Consult. Escola Superior de Comunicação Social. Lisboa.
- De-Nardin, M. H., & Sordi, E. O. (2007). Um estudo sobre as formas de atenção na sala de aula e suas implicações para a aprendizagem. *Psicologia & Sociedade*, 19(1). <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100014>
- Department of Education and Early Childhood Development [DEECD]. (2011). Innovating with Technology Games-Based Learning Research Trials [PDF]. Retirado d <https://www.education.vic.gov.au/Documents/about/research/findingsreport.pdf>
- Direção-Geral de Educação (2013). Programa do Desporto Escolar 2013-2017. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Direção-Geral de Educação (2013). Regulamento do Programa do Desporto Escolar 2013-2014. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Dubow, J. S., & Kelly, J. P. (2003). Epilepsy in sports and recreation. *Sports Medicine*, 33(7), 499-516.
- Ecorys, & Vertommen, T. (2019). *Safeguarding Children in Sport: A mapping study - A report to the European Commission*. EUROPEAN COMMISSION. (Original work published 2019)
- Ekern, B. (2019). Binge Eating Disorder and Athletes. *Eating Disorder Hope*. Disponível em: <https://www.eatingdisorderhope.com/blog/binge-eating-disorder-and-athletes>
- Equipa K’CIDADE. (2007). (Fundação Aga Khan Portugal, Ed.). K’CIDADE.
- European Commission (2016). *Expert group on good governance – Recommendations on the protection of young athletes and safeguarding children’s rights in sport* [pdf]. Retirado de <https://ec.europa.eu/transparency/regexpert/index.cfm?do=groupDetail.groupDetailDoc&id=25000&no=1>
- Evans, M. B., Adler, A., MacDonald, D. J., & Côté, J. (2015). Bullying victimization and perpetration in adolescent sport teams. *Pediatric Exercise Science*. Advance Online Publication.
- Everson, M. D., & Sandoval, J. M. (2011). Forensic child sexual abuse evaluations: Assessing subjectivity and bias in professional judgements. *Child Abuse & Neglect*, 35(4), 287-298.
- Fasting, K., Brackenridge, C. H., & Sundgot-Borgen, J. (2003). Experiences of sexual harassment and abuse among norwegian elite female athletes and nonathletes. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, 74(1), 84–97. doi:10.1080/02701367.2003.10609067
- Faulkner, G. J., Adlaf, E. M., Irving, H. M., Allison, K. R., Dwyer, J. M., & Goodman, J. (2007). The Relationship between Vigorous Physical Activity and Juvenile Delinquency: A Mediating Role for Self-Esteem?. *Journal of Behavioral Medicine*, 30(2), 155-163. doi:10.1007/s10865-006-9091-2.
- Ferreira, B. F. D. L. (2016). *Stalking Um novo crime para um velho comportamento* [Dissertação].
- Finkelhor, D. (2009). The prevention of childhood sexual abuse. *The Future of Children*, 19, 169-194.
- Flick, U. (2005). Métodos qualitativos na investigação científica. Lisboa: Monitor. Fontanella, B. J. B., Luchest, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cad. Saúde Pública*, 27(2), 389-391.

- Fonseca, F. (2021). Impacto do Bullying no Rendimento Desportivo e Bem Estar dos Jovens Atletas de Futebol (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- Freire, J. (2010). Desporto Escolar – Uma possível estratégia no combate ao Insucesso Escolar. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.
- Futurelab. (2009). Computer Games, Schools and Young People: A Report for Educators on Using Computer Games for Learning [PDF]. Retirado de <https://www.nfer.ac.uk/publications/FUTL27/FUTL27.pdf>
- Gagnier, C. & Collin-Vezina, D. (2016). As experiências de divulgação de sobreviventes de abuso sexual em crianças do sexo masculino. *Journal of Child Sexual Abuse*, 25, 221-41.
- Garbarino, J., Guttman, E., & Janis Wilson Seeley. (1986). *The psychologically battered child*. Jossey-Bass.
- Gardner, M., Roth, J., & Brooks-Gunn, J. (2011). Sports Participation and Juvenile Delinquency: The Role of the Peer Context Among Adolescent Boys and Girls With Varied Histories of Problem Behavior. *Sport, Exercise, and Performance Psychology*, 1(S), 19-37. Doi: 10.1037/2157-3905.1.S.19.
- Goldman, J., Salus, M. K., Wolcott, D., & Kennedy, K. Y. (2003). A Coordinated Response to Child Abuse and Neglect: The Foundation for Practice. Child Abuse and Neglect User Manual Series.
- Gracia Fuster, E., & Musitu Ochoa, G. (1993). *El maltrato infantil: un análisis ecológico de los factores de riesgo* (Ministerio de Asuntos Sociales, Ed.; 1st ed.)
- Gubbels, J., van der Put, C. E., Stams, G. J. M., & Assink, M. (2021). Effective Components of School-Based Prevention Programs for Child Abuse: A Meta-Analytic Review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1-26.
- Guilbert, S. (2009). Violences sportives., milieux sociaux et niveaux scolaires. Distribution “socioculturelle” des formes de violence dans le champ des pratiques sportives de terrain. *International Journal of Violence and School*, 8, 24-40.
- Hartill, M. (2009). The sexual abuse of boys in organized male sports. *Men and Masculinities*, 12(1990), 225–249. doi:10.1177/1097184X07313361
- Hemphill, D. & Symons, C. (2009). Sexuality matters in physical education and sport studies. *Quest*, 61, (4), 397-417.
- Hinduja, S., & Patchin, J. W. (2009). *Bullying beyond the schoolyard: Preventing and responding to cyberbullying*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications (Corwin Press).
- Hinduja S, Patchin JW. Social influences on cyberbullying behaviors among middle and high school students. *J Youth Adolesc*. 2013 May;42(5):711-22. Doi: 10.1007/s10964-012-9902-4. Epub 2013 Jan 8. PMID: 23296318.
- Honor, G. (2010). Child Sexual Abuse: Consequences and implications. *Journal of pediatric health care*, 24 (6), 358-364.
- Huseby, M. (2006). *The Link Between Early Interventions with Bullying in Elementary School Diminishing the Acts of Bullying in High School*. Tese de Mestrado apresentada à University of Wisconsin-Stout.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2020). Sociedade da Informação e do Conhecimento– Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias [PDF]. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415621509&DESTAQUESmodo=2
- Jeon, Y. (2004). The application of grounded theory and symbolic interactionism. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 18, 249–256.
- Jesuítas, C. de J. (2018). *MANUAL SPC SISTEMA DE PROTEÇÃO E CUIDADO DE MENORES E ADULTOS VULNERÁVEIS* (1st ed.)

- Júnior, A. B., & Santos, J. M. dos. (2019). DIREITO FUNDAMENTAL AO DESPORTO: A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS DESPORTIVAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. *Caderno de Resumos*, 5(1).
- Keller-Hamela, M. (n.d.). *The Child Interview. Practice Guidelines*. Nobody's Children Foundation.
- Kenny, M. C. (2007). Web-based training in child maltreatment for future mandated reporters. *Child Abuse and Neglect*, 31, 671-678. DOI: 10.1016/j.chiabu.2006.12.008
- Klopfer, E., Osterweil, S., & Salen, K. (2009). Moving Learning Games Forward: Obstacles, Opportunities and Openness [PDF]. Retirado de https://education.mit.edu/wp-content/uploads/2018/10/MovingLearningGamesForward_EdArcade.pdf
- Kowalski, R., Limber, S. P., & Agatston, P. W. (2012). *Cyber Bullying: Bullying in the Digital Age* [Review of *Cyber Bullying: Bullying in the Digital Age*]. <https://doi.org/10.1002/9780470694176>
- Krug, E. G., & Dahlberg, L. L. (2006). Violence: A global public health problem [Review of *Violence: A global public health problem*]. *Ciência & Saude Coletiva*, 11(2). <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000200007>
- Lanning, K. V., & Dietz, P. (2014). Acquaintance molestation and youth-serving organizations. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(15), 2815–2838. DOI: 10.1177/0886260514532360
- Leahy, T. (2011). Safeguarding child athletes from abuse in elite sport systems: The role of the sport psychologist. In D. Gilbourne and M. Andersen (Eds.), *Critical essays in applied sport psychology* (pp.251–266). Champaign, IL: Human Kinetics.
- Leberg, E. (1997) *Understanding Child Molesters: Taking charge*. London: Sage.
- Lima, J. Ávila de. (2014). Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. *Revista Portuguesa De Pedagogia*, pp. 7-29. https://doi.org/10.14195/1647-8614_47-1_1
- Losel, F. & Bender, D. (2011). Emotional and antisocial outcomes of bullying and victimization at school: a follow-up from childhood to adolescence. *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 3, (2), 89-96.
- Magalhães, T. (2002). *Maus-Tratos em Crianças e Jovens*, Edições Quarteto.
- Marivoet, S. (2006). *Ética e práticas nas organizações desportivas – um itinerário de reflexão* (pp. 9-40). In C. Cardoso (Ed.). *Ética e Fair-Play*, Novas Perspectivas, Novas Exigências. Confederação do Desporto de Portugal.
- Matos, M; Simões, C. & Gaspar, T. (2009). Violência entre pares no contexto escolar em Portugal nos últimos 10 anos. *Interações*, 13, 98-134.
- Matters, T. (2016). *Royal Commission into Family Violence*.
- Mitchell, K. J., Jones, L. M., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2011). Internet-facilitated commercial sexual exploitation of children: Findings from a nationally representative sample of law enforcement agencies in the United States. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 23, 43–71. DOI: 10.1177/1079063210374347.
- Mountjoy, M., Brackenridge, C., Arrington, M., Blauwet, C., Carska-Sheppard, A., Fasting, K., Budgett, R. (2016). International olympic committee consensus statement: Harassment and abuse (non-accidental violence) in sport. *British Journal of Sports Medicine*, 50(17), 1019–1029. doi:10.1136/bjsports-2016-096121
- Moura, A. M. C. (2011). *Apropriação Do telemóvel Como Ferramenta De mediação Em Mobile Learning. Estudos De Caso Em Contexto Educativo* [Dissertação *Apropriação Do telemóvel Como Ferramenta De mediação Em Mobile Learning. Estudos De Caso Em Contexto Educativo*].
- Muller, A. R., Roder, M., & Fingerle, M. (2014). Child sexual abuse prevention goes online: Introducing “Cool and Safe” and its effects. *Computers & Education*, 78, 60-65. DOI: 10.1016/j.compedu.2014.04.023

- (n.d.). *GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA OS PROFISSIONAIS DA ACÇÃO SOCIAL NA ABORDAGEM DE SITUAÇÕES DE PERIGO*.
- (n.d.). *Guia de orientações para os profissionais da educação na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo* (T. Montano, Trans.)
- Nery, M. (2015). Bullying no contexto da formação desportiva em Portugal. Estudo exploratório a nível nacional em modalidades individuais, colectivas e de combate (Tese de Mestrado). Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.
- Nery, M. & Neto, C. (2018). Revisão de literatura e *guidelines* internacionais sobre o assédio e o abuso sexual no desporto (pp. 171-179). In: P. Rodrigues, A. Robolo, F. Vieira, A. Dias, L. Silva (Eds.). *Estudo em Desenvolvimento Motor da Criança*. Edições Piaget.
- Nielsen (2014). Smartphones: so many apps, so much time. Disponível em: www.nielsen.com/us/en/insights/news/2014/smartphones-so-many-apps-so-much-time.html. Acesso: março de 2018
- Olweus, D. (2010). Understanding and researching bullying: some critical issues (pp.9-33). In: S. Jimerson; S. Swearer & D. Espelage (Eds.). *Handbook of bullying in schools: an international perspective*. New York: Routledge.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). (2006). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). (2014). *Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência*. São Paulo: Organização Mundial de Saúde.
- Panayiotou, G., Kokkinos, C.M., & Spanoudis, G. (2004). Searching for the ‘Big five’ in a Greek context: The NEO-FFI under the microscope. *Personality and Individual Differences*, 36(8), 1841-1854.
- Pereira, T. & Melo, M. (2006). O fenómeno do bullying, da agressão e da vitimação em contexto escolar... Efeitos do programa “Outra(s) forma(s) de Brincar” numa escola do 1o ciclo do distrito de Évora. *Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, 3-174.
- Plass, J. L., Homer, B. D., & Kinzer, C. K. (2015). Foundations of Game-Based Learning. *Educational Psychologist*, 50(4), 258-283. DOI: 10.1080/00461520.2015.1122533
- Ramis, Y., Torregrosa, M., Viladrich, C., & Cruz, J. (2017). The Effect of Coaches’ Controlling Style on the Competitive Anxiety of Young Athletes. *Frontiers in Psychology*, 8. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00572>
- Rigby, K. (2003). Consequences of bullying in schools. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 48(9), 583-590. doi:10.1177/070674370304800904
- Roberts, J. A., & Miltenberger, R. G. (1999). Emerging issues in the research on child sexual abuse prevention. *Education & Treatment of Children*, 22(1), 1–19.
- Ruiz, M.C., & Hanin, Y.L. (2011). Impacto percebido da raiva no desempenho de atletas de karaté qualificados. *Psicologia do Desporto e exercício*, 12, 242-249.
- Sambaraju, R., & McVittie, C. (2020). Examining abuse in online media. *Social and Personality Psychology Compass*, 14(3). <https://doi.org/10.1111/spc3.12521>
- Scholes, L., Jones, C., Stieler-Hunt, C., & Rolfe, B. (2014). Serious games for learning: game-based child sexual abuse prevention in schools. *International Journal of Inclusive Education*, 18(9), 934-956. DOI: 10.1080/13603116.2013.860195
- School context. (2020, July 16). [education.nsw.gov.au](https://education.nsw.gov.au/teaching-and-learning/school-excellence-and-accountability/school-excellence-in-action/school-excellence-terminology/school-context). <https://education.nsw.gov.au/teaching-and-learning/school-excellence-and-accountability/school-excellence-in-action/school-excellence-terminology/school-context>
- Selby, C. L. B., & Reel, J. J. (2011). A Coach’s Guide to Identifying and Helping Athletes with Eating Disorders. *Journal of Sport Psychology in Action*, 2(2), 100–112. <https://doi.org/10.1080/21520704.2011.585701>

- Simões, H., Santos, P. M., Pereira, B., & Figueiredo, A. (2021). As Artes Marciais e os Desportos de Combate e o Bullying: Uma revisão sistemática. *Retos*, 39, 834-843. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.77412>
- Smith, P., & Sharp, S. (1994). *School bullying: insights and perspectives*. London; New York: Routledge.
- Stieler-Hunt, C., Jones, C. M., Rolfe, B., & Possebon, K. (2014). Examining key design decisions involved in developing a serious game for child sexual abuse prevention. *Frontiers in Psychology*. DOI: 10.3389/fpsyg.2014.00073
- Stirling, A., Bridges, E., Cruz, L., & Mountjoy, M. (2011). Canadian Academy of Sport and Exercise Medicine Position Paper: Abuse, Harassment, and Bullying in Sport. *Clinical Journal of Sport Medicine*, 21(5), 385. <https://doi.org/10.1097/JSM.0b013e31820f9248>
- Storer HL, Casey E, Herrenkohl T. Efficacy of Bystander Programs to Prevent Dating Abuse Among Youth and Young Adults: A Review of the Literature. *Trauma Violence Abuse*. 2016 Jul;17(3):256-69. Doi: 10.1177/1524838015584361. Epub 2015 May 6. PMID: 25951840.
- Syrmpas, I., & Bekiari, A. (2018). Differences between leadership style and verbal aggressiveness profile of coaches and the satisfaction and goal orientation of young athletes. *Journal of Physical Education and Sport*, 2018(2). <https://doi.org/10.7752/jpes.2018.s2149>
- Tremblay, R. E. (2008). Understanding development and prevention of chronic physical aggression: towards experimental epigenetic studies. *Philos Trans R Soc Lond B Biol Sci.*, 363(1503), 2613–2622. <https://doi.org/10.1098/rstb.2008.0030>
- UNICEF. (2010). PROTECTING CHILDREN FROM VIOLENCE IN SPORT: a review with a focus on industrialized countries [PDF].
- Vanderbilt-Adriance, E., & Shaw, D. S. (2008). Protective Factors and the Development of Resilience in the Context of Neighborhood Disadvantage. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36(6), 887–901. <https://doi.org/10.1007/s10802-008-9220-1>
- Walsh, K., Zwi, K., Woolfenden, S., & Shlonsky, A. (2015). School-based education programmes for the prevention of child sexual abuse. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 4, 1–10. DOI: 10.1002/14651858.CD004380.pub3
- Whittle, H. C., Hamilton-Giachritsis, C. E., & Beech, A. R. (2014). Under his spell: Victims' perspectives of being groomed online. *Social Sciences*, 3(3), 404–426. doi:10.3390/socsci3030404
- WHO (2022). *Violence Info – Child maltreatment*. Apps.who.int. <https://apps.who.int/violence-info/child-maltreatment/>
- Willard, N. E. (2007). The Authority and Responsibility of School Officials in Responding to Cyberbullying. *Journal of Adolescent Health*, 41(6), S64–S65. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2007.08.013>
- Woodlock, D. (2015) *The abuse of Technology in Domestic Violence and Stalking - Violence against women*. Domestic Violence Resource Centre Victoria. USA.
- WOSB. (2013). *Development Services Group, Inc.* [Review of *Development Services Group, Inc.*]. DSG Science in the Service of People.
- Wurtele, S. K. (2017). Understanding and Preventing the Sexual Exploitation of Youth. In Reference Module in Neuroscience and Biobehavioral Psychology, Elsevier.
- Wurtele, S., & Kenny, M. (2012). Preventing child sexual abuse: A ecological approach. In Paris Goodyear-Brown (Ed). *Handbook of Child Sexual Abuse: Identification, Assessment, and Treatment*. (pp. 531-565). Hoboken, NJ: Wiley Press.
- Wurtele, S. K., & Kenny, M. C. (2010). Partnering with parents to prevent childhood sexual abuse. *Child Abuse Review*, 19(2), 130–152. DOI: 10.1002/car.1112
- Wurtele, S. K. (2009). Preventing sexual abuse of children in the twenty-first century: Preparing for challenges and opportunities. *Journal of Child Sexual Abuse*, 18(1), 1–18. DOI: 10.1080/10538710802584650

- XXII Governo Constitucional. (2020). *GUIA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA JUNTO DE CRIANÇAS OU JOVENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA* (XXII Governo Constitucional, Ed.; 1st ed.)
- Youth.gov. (2019). Youth.gov. <https://youth.gov/>
- Zamanian, F., Zamani, L., Forouzandeh, E., & Haghghi, M. (2012). Effects of sports participation on social delinquency reduction among adolescents. *Annals of Biological Research*, 3(1), 660-667.
- Zielinski, D., & Bradshaw, C. (2006). Ecological influences on the sequelae of child maltreatment: A review of the literature. *Child Maltreatment*, 11, 49-62. DOI: 10.1177/1077559505283591

Anexos

Anexo A – Pedido de Colaboração



Pedido de Colaboração

Lisboa, 18 de julho de 2022

Exmos.(as),

Considerando o investimento nacional que tem sido feito em relação ao combate da violência no desporto e à promoção da ética neste contexto, o presente estudo surge no âmbito de uma dissertação que está a ser realizada pela minha pessoa, com orientação da Professora Doutora Joana Alexandre, a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**, para efeitos de conclusão do grau de Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

O estudo tem por objetivo o desenvolvimento de uma App que sensibilize para os diferentes tipos de violência no desporto, ajustando-se ao público a quem se destina, nomeadamente atletas, treinadores ou outros técnicos e pais ou cuidadores.

A sua participação no estudo irá contribuir para que a aplicação possa ser adequada, relevante e útil na comunidade desportiva, percebendo como esta pode contribuir para uma maior literacia na área da violência no desporto, através da realização de uma entrevista com duração máxima de 30 minutos, que permitirá perceber quais os conteúdos mais adequados e relevantes, bem como as melhores formas para oferecer estes conteúdos à população alvo. Para efeitos de conclusão da dissertação, seria importante realizar as entrevistas entre julho e agosto, do ano corrente, por zoom, e em horário a estabelecer em conjunto, conforme a sua disponibilidade.

Segue em anexo o consentimento informado constando informações adicionais.

Com os melhores cumprimentos,

(a discente, Inês Nunes)

(a orientadora, Joana Alexandre)

Anexo B – Consentimento Informado



Consentimento Informado

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação realizada pela discente Inês Nunes, com orientação da Professora Doutora Joana Alexandre, a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**, para efeitos de conclusão do grau de Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco. O estudo tem por objetivo o desenvolvimento de uma App que sensibilize para os diferentes tipos de violência no desporto, ajustando-se ao público a quem se destina, nomeadamente atletas, treinadores ou outros técnicos e pais ou cuidadores.

A sua participação no estudo irá contribuir para que a aplicação possa ser adequada, relevante e útil na comunidade desportiva, percebendo como esta pode contribuir para uma maior literacia na área da violência no desporto, através da realização de uma entrevista com duração máxima de 30 minutos, que permitirá perceber quais os conteúdos mais adequados e relevantes, bem como as melhores formas para oferecer estes conteúdos à população alvo. Para efeitos de conclusão da dissertação, seria importante realizar as entrevistas até ao final do mês de setembro, do ano corrente, por zoom, e em horário a estabelecer em conjunto, conforme a sua disponibilidade.

A sua participação no estudo é **voluntária**, podendo escolher livremente participar ou não. Se escolher participar, pode interromper a sua participação em qualquer momento sem ter de apresentar qualquer justificação. A retirada do consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

A participação no estudo é **confidencial**: Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente à realização de uma análise temática, sendo os dados guardados num computador pessoal. Findada a análise de dados, a informação recolhida será anonimizada e posteriormente apagada, garantindo o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas. Ser-lhe-á perguntada apenas alguma informação pessoal para efeitos de caracterização sociodemográfica.

Não existe risco expectável associado à sua participação neste estudo.

O ISCTE não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais, tendo acesso apenas a investigadora Inês Nunes e a orientadora Professora Doutora Joana Alexandre.

Disponibilizo o meu email pessoal (inesbritonunes@gmail.com), com vista a poder esclarecer dúvidas, partilhar observações e/ou caso pretenda ter acesso aos resultados após a defesa pública da dissertação. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

.....

Declaro ter compreendido o que me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me-á sido dada a oportunidade de esclarecer dúvidas e efetuar questões associadas ao presente estudo e para elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceito** nele participar.

Sem gravação da entrevista ____

Com gravação visual e áudio da entrevista ____

Com gravação áudio da entrevista ____

_____(local), ____/____/_____(data)

Nome: _____

Assinatura: _____

Anexo C – Guião para as Entrevistas

Boa tarde, desde já muito obrigada pela sua participação nesta investigação. Eu sou a Inês, aluna do mestrado de Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do ISCTE – IUL, e como já teve oportunidade de ler no consentimento informado, o estudo tem por objetivo o desenvolvimento de uma App que aumente o conhecimento dos utilizadores para os diferentes tipos de violência no desporto, bem como contribuir para o aumento de competências a este nível, ajustando-se ao público a quem se destina, nomeadamente atletas, treinadores ou outros técnicos, e pais ou cuidadores.

Tendo em conta a sua expertise sobre esta temática ou sobre a temática da violência em geral, muito gostaríamos de recolher a sua opinião. Elaborámos um conjunto de questões, mas pode reservar-se o direito de parar a entrevista a qualquer momento e retirar, assim, o seu consentimento em participar. A sua participação no estudo é voluntária e confidencial, isto é, os dados recolhidos permitem fazer apenas uma caracterização geral da amostra. A informação recolhida será depois tratada recorrendo-se a metodologias de análise qualitativas, garantindo-se que os dados apenas serão divulgados para efeitos de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

Para ficar registado, dá o seu consentimento para a gravação desta entrevista?

R.:

Então, para uma caracterização da amostra da presente investigação, gostaria de recolher alguma informação pessoal: habilitações; área de formação; tem alguma especialização? Profissão? Há quanto tempo trabalha nesta área?

[em função da pessoa com quem se agendou a entrevista, adicionar: tem alguma ligação com o contexto desportivo? Se sim, qual?]

Pode ainda indicar-me a sua idade?

R.:

Muito obrigada pelas informações partilhadas.

Relativamente ao desenho da aplicação, como pode uma App, na sua opinião, contribuir para uma maior literacia na área da prevenção da violência no desporto?

R.:

A App terá uma estrutura pensada para diferente públicos alvo e que ao nível dos seus conteúdos incluirá: Direitos de crianças e jovens no contexto desportivo; informação breve sobre os diferentes tipos de violência; informação sobre números da violência no desporto e informações ligadas ao contexto português; um jogo/quiz de mitos e factos sobre diferentes tipos de violência; contactos disponíveis para reporte e pedidos de ajuda; como agir numa potencial situação de violência (ser ou não ser um bystander).

Considerando esta estrutura geral que comentários faz? Quais os conteúdos mais adequados, relevantes e úteis a ter em consideração para a criação da App? Considera que estes conteúdos devem ser abordados de forma diferente em função da população alvo?

Considera que a App deve ser pensada para atletas de camadas mais jovens ou só maiores de 18 anos?

R.:

Quais são, de acordo com os seus conhecimentos, as melhores formas de oferecer estes conteúdos à população através de uma App?

R.:

Que outras sugestões, comentários ou questões quer ainda colocar?

R.:

Agradeço uma vez mais a sua disponibilidade, estando ao dispor para partilhar os resultados no final do meu trabalho, através de email, ou um número de telemóvel que queira disponibilizar.

Anexo D – Dicionário de Temas

Nome do tema:	Definição e objetivo:
Conteúdos	Conseguir perceber quais são os conteúdos teóricos que devem estar incluídos na App, bem como definições, estatísticas e outras informações percecionadas como relevantes.
Estrutura	Entender de que forma deve a App estar planificada, o que deve conter a nível de desenho e organização estrutural para que se torne prática e apelativa.
Procedimentos de atuação	Saber o que fazer quando se está perante uma situação de violência no desporto, ou quando se é alvo de uma. Onde recorrer para pedir ajuda ou reportar, como agir.
Estratégias de divulgação e disseminação	De que forma pode a App ser divulgada e partilhada, para que chegue ao maior número de pessoas possível.
População-alvo	Conseguir criar uma ferramenta que chegue às pessoas que dela podem tirar mais proveito. Entender quem seria a população-alvo mais indicada.

Anexo E – Resultados em Tabela

Conteúdos			
Literacia	Prevalência	Riscos e Sinais de Alerta	Recursos
<p>E1: que tipos de violência é que há;</p> <p>T2: Ter todos os tipos de violência, dar exemplos dos vários tipos de violência;</p> <p>E4: na área do desporto a fronteira entre aquilo que é a violência ou o aquilo que é o respeito pela própria prática desportiva tem um limite que é muito ténue, será que gritar é uma forma de violência psicológica ou verbal ou é apenas um modo de incentivar a uma melhor performance, a questão do enquadramento legal que eu acho que é aqui também basilar, um respaldo legal que a lei portuguesa as protege;</p> <p>A2: o reconhecimento dos tipos de violência porque muitas vezes é uma coisa que não percebemos;</p> <p>T5: eu acho que é fundamental a identificação dos agressores (fatores de risco), as punições devem ser</p>	<p>E1: Os números da violência em Portugal, alguma indicação de outros países onde esta realidade é estudada há mais tempo;</p> <p>E2: prevalências da realidade da situação portuguesa;</p> <p>T1: existir uma comparação com aquilo que é os números estrangeiros também é interessante;</p> <p>E3: é importante apresentar números sim, acho que é o mais importante;</p> <p>A1: ter informações que tornem [o problema] real,</p>	<p>E1: como é que ela [violência] se pode manifestar, o que é que podem ser sinais de alerta;</p> <p>E2: avaliar os riscos que eles têm nos seus clubes;</p> <p>E4: aquilo que é expectável que as pessoas sintam quando estão perante uma situação de discriminação ou de violência;</p> <p>A2: como é que isso afeta o filho atleta.</p>	<p>E1: para as pessoas que quiserem saber mais sobre violência no desporto ter links, possibilidade de ter uma hiperligação, fórum em que possam pôr a sua pergunta;</p> <p>E3: haver uma ligação se querem obter mais informação acerca de determinado tema.;</p>

<p>bem claras (enquadramento legal e criminal);</p> <p>A3: consigam perceber o que é que andam a fazer no desporto, explicar o que podem não fazer, para que é que serve o desporto.</p>	<p>mostrarem que realmente existe.</p>		
--	--	--	--

Estrutura		
Texto	Animações	Testemunhos
<p>E1: informação muito curta, muito sucinta, muito objetiva;</p> <p>E2: uma apresentação mais expositiva, faria mais simples, é muito mais atrativo;</p> <p>T1: mais curto para o jovem, mas com os encarregados de educação ter algo mais longo, também mais descritivo e mais detalhada do que é cada temática abordada para os dirigentes;</p> <p>E3: de uma forma muito simples e intuitiva para os atletas, é preciso ter uma linguagem muito acessível, uma coisa muito concisa muito simples caso contrário as pessoas não vão ler;</p>	<p>E2: Role-play – haver pequenos vídeos e demonstrações do que fazer;</p> <p>T1: vídeos em TV será criativo porque é o que chama mais facilmente a atenção, jogos poderia também ser interessante porque é mais didático, vídeos também é sempre útil;</p> <p>E3: pequenos teatros de bonecos, um boneco animado poderá ser uma coisa atraente;</p> <p>T2: acompanhado de vídeos, alguns sketches, a escolha múltipla eu diria que isso é a maneira mais fácil;</p> <p>E4: boas práticas através de textos ou de vídeos,</p>	<p>E1: poderia haver alguns testemunhos;</p> <p>T1: testemunhos também podia ser útil se calhar;</p> <p>E3: histórias, fossem apresentados casos, as histórias muito simples;</p> <p>T2: tinha sempre um testemunho de pessoas que tivessem sofrido;</p> <p>E4: fazer com que as pessoas possam partilhar as suas histórias denunciar as suas situações, atletas de referência que tenham passado por situações de discriminação ou de violência ou de assédio ou depressão;</p> <p>A2: muito importante para pessoas que passam pela mesma situação e que têm este mesmo bloqueio emocional, alguma coisa que os faça perceber, ter</p>

<p>T2: teria um breve texto só com os diferentes tipos de violência, é importante ser conciso e específico, é fácil de entender;</p> <p>E4: uma linguagem e uma estética que seja suficientemente apelativa, de fácil utilização, intuitiva e muito gráfica;</p> <p>A1: muito comprido nunca ninguém vai ler;</p> <p>A2: com textos vão ver a informação, só que isso é muito maçante, muito cansativo;</p> <p>T5: com textos explicativos e assim;</p> <p>A3: as pessoas não têm muita paciência para ler.</p>	<p>recomendações de filmes, documentários, livros, imagens alusivas estas pessoas;</p> <p>A1: vídeo meio interativo;</p> <p>A2: vídeos é uma boa forma de aprender, um filme muito interessante e um vídeo, jogos para as crianças;</p> <p>T3: gostam muito das redes sociais porque aquilo é só imagens;</p> <p>T5: através de vídeos, do tal jogo é que seria mais parte teórica;</p> <p>A3: os jogos, as perguntas para se responder, para se fazer seria, eu acho, que é útil.</p>	<p>testemunhos na aplicação, ou seja, ter pessoas a falar sobre o que passaram (...) é um retorno às coisas reais;</p> <p>T4: falar de casos, dar testemunhos, dar notícias;</p> <p>T5: a demonstração de aquilo que é a realidade, ou seja, é algo que já possa ter acontecido e ajuda, muitas vezes sensibiliza as pessoas;</p> <p>A3: ter um testemunho de alguém.</p>
---	--	---

<p>Procedimentos de atuação</p> <p>E1: saber o que fazer, a quem pedir ajuda, como...;</p> <p>E2: saber o que fazer quando estão perante um incidente;</p> <p>T2: os contactos e as estratégias acho que deviam estar mais ou menos ligados, estratégias sobre como lidar com a situação;</p> <p>E4: enquadramento legal também dados sobre onde podem dirigir-se para pedir ajuda por exemplo, do ponto de vista do apoio psicológico como é que poderão apresentar uma denúncia, breve identificação das entidades e dos mecanismos que podem ser usados para o reporte, breve identificação das entidades e dos mecanismos que podem ser usados para o reporte;</p> <p>T4: se eles estiverem já dentro do ambiente eles acham que é normal, porque é normal;</p>

T5: o que é que deverão fazer, os passos que devem seguir é fundamental, o que eu faço agora, onde é que ele se dirige para, portanto, denunciar.

População Alvo		
Linguagem		Idade
Geral	Particularizada	
<p>T2: numa linguagem que toda a gente conseguisse perceber, toda a gente – seja eu o pai, seja o atleta, seja o treinador na informação que tiver;</p> <p>A1: as linguagens não são assim tão diferentes.</p>	<p>E1: há aqui conteúdos que poderão ser específicos;</p> <p>E2: Não é o mesmo discurso, têm responsabilidades tão diferentes no contexto desportivo, discurso muito genérico não é para qualquer tipo de idade;</p> <p>T1: dividia tudo, tipo, um botãozinho se é pai e um botãozinho se é atleta...;</p> <p>E3: treinador e pais um tipo de informação, atletas provavelmente o outro;</p> <p>E4: são de facto públicos muito diferentes com necessidades muito diferentes, as questões de género, as questões da etnia, as questões de orientação sexual, identidade, expressão de género, uma linguagem que não seja ela própria discriminatória;</p> <p>A2: mais ironizada e mais caracterizada para crianças, principalmente para crianças e para os pais também, muitas vezes os pais não têm sequer noção do que é que está a passar;</p>	<p>E1: Crianças a partir dos 12, a porta de entrada serem os pais;</p> <p>E2: para camadas mais jovens porque estarão mais habituados a lidar com a tecnologia;</p> <p>T1: a partir dos 15 ou 16 anos devia seria uma boa idade para começar;</p> <p>E3: muito a nível da formação, estamos a falar de atletas muito jovens;</p> <p>T2: para os mais pequenos talvez, a partir do momento em que começa a profissionalizar;</p> <p>E4: talvez privilegiasse as camadas mais jovens, o desporto de formação e talvez procurar que a aplicação pudesse ter aqui algum tipo de parcerias estratégicas no âmbito do desporto escolar;</p> <p>A1: falar da violência no desporto para todas as idades, na adolescência talvez seja</p>

	<p>T3: eu acho que deveria ser específico só para atletas e outros específico para as pessoas que não fazem escola, a modalidade não tem nada a ver uma coisa com a outra;</p> <p>T5: a diferença entre o que é um adepto geral ou os intervenientes já dentro do desporto.</p>	<p>quando se está mais vulnerável;</p> <p>A2: aos 14 anos se calhar precisam também disto mais explicado, estaria mais virado para jovens adultos ou adolescentes, ou seja, a partir dos 13/14;</p> <p>T3: todas as idades;</p> <p>T4: este tipo de informações seria mais para treinadores e pais, ou seja, pessoas adultas que têm noção da informação que têm à sua frente, ou estou a falar por exemplo, a partir dos 16;</p> <p>T5: não querendo desistir dos adultos, direcionava mais para uma camada mais jovem (...) ir educando aquilo que são os jovens neste momento para daqui alguns anos não terem as mesmas as mesmas atitudes;</p> <p>A3: “de pequenino se torce o pepino”.</p>
--	---	--

Estratégias de divulgação e disseminação: Proteção de dados pessoais, Contexto escolar, Contexto desportivo e Redes Sociais.

T1: teria que ser, lá está, fácil de usar, credível e tinha que haver confiança das pessoas para dar os seus dados;

E4: informação sem comprometer o anonimato e a confidencialidade, divulgação muito bem feita porque de outra forma ela poderá ficar aquém em termos de utilização, sair sem que alguém saiba que a pessoa procurou a informação,

pensar no Instagram ou tik-tok, divulgar a aplicação junto de faculdades que tenham cursos de educação física e desporto, ir através das associações, das federações, dos comités;

A1: mais provável seria pela escola depois os miúdos diziam entre si, falavam entre eles;

T4: consigas mexer e ir verificando isso parece-me ser uma aplicação que fica no telemóvel completamente esquecida, só instalas quando estás mesmo interessada ou quanto te obrigam a instalar para tu receberes alguma coisa, alguma coisa do género tipo jornal, tipo um diário ou informações tipo toma atenção que isto aconteceu;

T5: redes sociais, eu dou essa abertura e neste caso da aplicação até mesmo no terreno;

A3: Atualmente tem que se usar todas as ferramentas disponíveis, como as redes sociais.